

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

IONATAN GOTTFRIED

**O papel da renovação política em meio à crise de  
crise de representatividade brasileira**

SÃO PAULO

2021



Cartaz em manifestação das Jornadas de Junho de 2013

(Fonte: Revista de História da Biblioteca Nacional)

Projeto de Iniciação Científica

Aluno: Ionatan Gottfried

Orientador: Cláudio Gonçalves Couto

Campo de estudo: Ciência Política

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ADI: Ação Direta de Inconstitucionalidade  
CF-88: Constituição Federal de 1988  
GRP: Grupos de Renovação Política  
IBOPE: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística  
MBL: Movimento Brasil Livre  
ODS: Objetivo de Desenvolvimento Sustentável  
PTN: Partido Trabalhista Nacional  
PPS: Partido Popular Socialista  
PFL: Partido da Frente Liberal  
PEN: Partido Ecológico Nacional  
PDT: Partido Democrático Trabalhista  
PSL: Partido Social Liberal  
RAPS: Rede de Ação Política pela Sustentabilidade  
R-RB: Representante do RenovaBR  
R-AC: Representante do Acredito  
R-RA: Representante da RAPS  
R-LI: Representante do Livres  
R-VJ: Representante do Vamos Juntas  
R-MB: Representante do MBL  
TSE: Tribunal Superior Eleitoral  
USP: Universidade de São Paulo

## **1. Resumo**

O fenômeno da renovação política tem ganhado força nos últimos anos. Sua ascensão começa a ser observada a partir de 2010 e passa a ter mais repercussão a partir das Jornadas de Junho de 2013. O cenário por trás desse fortalecimento é composto por uma descrença generalizada da política e pelo aumento da desconfiança nos partidos e nas instituições. Tal conjuntura pode ser caracterizada como crise de representatividade, a qual tem origem nos primórdios da república brasileira, mas foi intensificada no pós-redemocratização por conta das fragilidades do sistema político-partidário estabelecido. Esta pesquisa busca, assim, contextualizar essa crise de representação e identificar as atuações dos grupos de renovação política (GRP) frente a essa. O estudo concentra-se em métodos qualitativos, utilizando entrevistas como instrumento de coleta de dados e a categorização como ferramenta de análise (Miles e Huberman, 1994). O referencial teórico, dividido em sete subtemas, é constituído por uma revisão da literatura dos principais autores do campo. Como objeto do estudo, escolheu-se seis dentre os GRP, a partir de um recorte de notabilidade. Dentre as atuações dos GRP, verificou-se uma variedade de estratégias adotadas que visam atingir os respectivos públicos-alvo, com uma grande noção de complementaridade entre as organizações. Na análise do eixo estratégico, todos os grupos contemplaram o perfil de renovação, por mais que alguns não apresentaram todas as características. Já no eixo organizacional, notou-se distanciamento de uma estrutura partidária, com exceção de um dos grupos. Todavia, o diagrama de síntese revela um direcionamento comum entre grande parte dos GRP. Os resultados obtidos confirmam a tese de que as atuações dos GRP vão ao encontro de solucionar a atual crise de representatividade. Percebe-se um entendimento geral de que a renovação é multifacetada e está disposta a reverter a conjuntura de crise de representação em parceria com os partidos políticos. Sem embargo, uma ressalva diagnosticada é que o objetivo da renovação política não será alcançado apenas pelos GRP, mas sim por um esforço conjunto que envolva reformas estruturantes do sistema político-partidário e a retomada da confiança nas instituições por parte da sociedade brasileira.

**1.1. Palavras-chave:** Renovação Política, Crise de Representatividade, Partidos Políticos, Sistema Político, Sociedade Civil

## 2. Introdução

Este trabalho visa destacar a participação da sociedade civil frente à crise nacional de representatividade, através da lente das organizações que incidem sobre a renovação política. O aumento significativo da desconfiança nas instituições por parte da população brasileira nos últimos anos evidenciou a insatisfação generalizada com o cenário político, podendo este ser sintetizado por três elementos: questões estruturantes, que esbarram o avanço da democracia desde a redemocratização; a falta de representação nos partidos e na própria classe política; e uma crise geral constituída por elementos sociais e econômicos que afastam os cidadãos de acreditarem no Estado como solucionador de seus problemas.

Por outro lado, as manifestações populares de 2013, conhecidas como Jornadas de Junho, revelaram um novo momento da participação social na política. Este momento histórico colocou à tona a importância da sociedade civil se envolver com as grandes questões nacionais, em todas suas esferas. No que concerne ao contexto político, diversos coletivos foram organizados em junho de 2013, no que seria o início de novas organizações que passaram a atuar a partir de suas respectivas bandeiras. Sem embargo, a presença de grupos preocupados com o futuro político do Brasil é anterior a 2013. A esses movimentos se deu aqui a nomeação de “grupos de renovação política” (GRP).

Passaram-se cerca de 30 anos desde que o regime militar fora substituído pela Nova República. Desde então, dois impeachments de presidentes já aconteceram e a corrupção se tornou um dos grandes males que assola os brasileiros. Qual seria o caminho para reavivar a democracia nacional? Quando se trata de representação política, existem alguns instrumentos que a podem prover, sendo que o voto é, indiscutivelmente, o aspecto central.

No entanto, os indicadores dos últimos anos demonstram uma grande distância entre a população e seus representantes. A mais recente pesquisa Datafolha, publicada no dia 12/07/2021, apontou que 38% dos brasileiros consideram o desempenho do Congresso nacional ruim ou péssimo. Para compreender as particularidades que compõem o atual cenário de crise de representatividade, esta investigação reúne as discussões dos principais autores sobre representação, desconfiança, presidencialismo de coalizão, sistema partidário e jornadas de junho.

No que tange à produção científica sobre os GRP, sua presença ainda é escassa. Isto, pois, a ascensão dessas organizações tem acontecido em um período recente, sendo que boa parte daquelas ainda se encontra em fase de amadurecimento. Sendo assim, a pesquisa introduziu, de maneira inédita, uma conceituação sobre os GRP e uma análise, com ênfase em

aspectos organizacionais e estratégicos, de seis organizações que fazem parte dessa classificação, recorte feito através de critérios de relevância para a conjuntura política. Os objetos empíricos, desse modo, foram as entrevistas realizadas com os representantes de cada um dos seis grupos.

O objetivo geral do trabalho é contextualizar a crise de representatividade brasileira e identificar as atuações dos grupos de renovação política. Para isso, pretende-se, de maneira mais específica, delinear as características da atual crise de representatividade; pormenorizar os debates acerca do sistema partidário brasileiro; compreender o surgimento e o conceito da renovação política no Brasil e analisar as diferentes respostas dos GRP para a vigente conjuntura.

As contribuições pretendidas são, primordialmente, duas: introduzir de forma inovadora uma análise do atual fenômeno da renovação política com embasamento científico e relacionada com os principais autores do campo na ciência política e trazer esperança para o futuro político do país, dado o momento no qual se vê tanto obscurantismo, por meio da atuação de diferentes organizações da sociedade civil preocupadas com as próximas gerações.

Para atingir o nomeado objetivo, a pesquisa é composta da seguinte maneira: em seguida da introdução, a seção de teoria busca reunir as principais discussões dos temas que incidem na crise de representação brasileira, pontuando certos elementos que compõem o panorama no qual os GRP surgem. Na continuação, é explicada a metodologia adotada na investigação, assim como a justificativa do recorte adotado e como ocorreu o processo da análise dos dados, desde a obtenção até a categorização.

A apresentação dos resultados, logo em seguida, foi dividida a partir das categorias criadas com o fim de sequenciar todas as informações de maneira elucidativa e coesa. Com o intuito de sintetizar os resultados obtidos, esta seção é concluída com um diagrama que reúne os principais achados nas entrevistas através da introdução dos seis GRP em um plano cartesiano com os eixos organizacional e estratégico. Por fim, a conclusão retomou a pergunta e os objetivos da pesquisa, debateu os principais resultados observados e indicou algumas limitações encontradas, assim como recomendou temas a serem desdobrados em futuros estudos.

### 3. Teoria

#### 3.1. Representação

“A representação é, em grande medida, um fenômeno cultural e político, um fenômeno humano”. A frase foi dita por Hanna Fenichel Piktin, uma das principais teóricas dentro do campo da representação que, em seu artigo “Representação: palavras, instituições e ideias”, dedicou-se a traçar a evolução do termo ao decorrer da história. Piktin explica que a relação entre as palavras e o mundo é ainda mais complexa nos fenômenos culturais e políticos, pois “esses fenômenos são constituídos pela conduta humana, que é profundamente formada pelo que as pessoas pensam e dizem”.

Apesar de ter a sua origem no latim (*repraesentare*), o termo “representação” apenas foi ganhar o seu sentido de relação entre pessoa/Estado no final do século XIV na língua inglesa. Naquele contexto, *represent* significava “trazer a própria pessoa, ou outra pessoa, à presença de alguém”. A partir de então, novas interpretações foram sendo feitas, já que é preciso ter em mente o desenvolvimento histórico das instituições para entender como o conceito entrou no campo da atividade política (PIKTIN, 2006).

Na renomada obra “O Leviatã” (1651), Thomas Hobbes fez uso pela primeira vez da ideia de representação dentro da teoria política: um representante é alguém que recebe autoridade para agir por outro, quem fica então vinculado pela ação do representante como se tivesse sido a sua própria. Mais de 100 anos depois, os autores federalistas acrescentaram a relação do termo com a democracia, ao afirmarem que “a representação é superior à democracia direta precisamente porque pode assegurar o bem público sem a distração de vários interesses particulares conflitantes”.

Ao discutir sobre o embate entre os interesses individuais e a vontade do governo, John Stuart Mill (1874) defendeu o governo representativo, o sufrágio universal e a representação proporcional ao trazer o argumento de que “é importante que todos os governados tenham voz no governo, porque é difícil esperar que aqueles que não têm voz não sejam injustamente preteridos por aqueles que têm”. Já em uma perspectiva moderna, a filósofa Hannah Arendt explica que a questão da representação, uma das questões cruciais e mais problemáticas da política moderna desde as revoluções (do século XVIII), “na verdade implica nada menos do que uma decisão sobre a dignidade do próprio domínio político”. A partir dessa evolução conceitual, a noção da representação vem ganhando cada vez mais destaque nos debates contemporâneos, ainda mais quando relacionada a sistemas partidários e democracia.

A relação entre democracia e representação está no fato de que, em governos democráticos, os representantes são eleitos através de eleições com participação ampla, e então os governos agiriam em favor do interesse da população. Com isso, o aspecto eleitoral é central dentro da questão da representação, como é apontado pelos professores Bernard Manin, Adam Przeworski e Susan Stokes. A representação, segundo os autores, funciona em uma via de mão dupla: se os eleitores usarem seus votos para escolher os melhores políticos e se os partidos verdadeiramente informarem os eleitores sobre suas intenções e se a realização dessas intenções é a melhor para os cidadãos (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 2006).

Embora nem sempre essa via atue como o esperado, é certo que “a democracia leve mais à representação do que os regimes alternativos”. Partindo do princípio que os governos democráticos diferem entre si, Manin, Przeworski e Stokes identificaram certos fatores institucionais que merecem atenção na garantia da representação. Dentre eles, destaca-se o que afirma que “os eleitores precisam ter alguns instrumentos institucionais para recompensar e castigar os governos pelos resultados em âmbitos distintos”.

Nesse sentido, nota-se um aspecto extra-eleitoral que contribui para a preservação de uma democracia representativa. Por um lado, a representação é fruto de um cenário em que as políticas adotadas pelos representantes vão de acordo com as promessas eleitorais e essas políticas são as melhores para os cidadãos; por outro lado, as eleições não são mecanismos suficientes para garantir que os governantes representarão os cidadãos (MANIN, PRZEWORSKI, STOKES, 2006). Assim, os autores ressaltam a necessidade de uma “inovação institucional” que aumente a transparência dos partidos políticos e facilite para os indivíduos recompensar ou punir os representantes.

Em um constante diálogo com os autores supracitados, Nadia Urbinati estabelece o caráter democrático da representação, centrado na soberania popular. Segundo ela, a democracia representativa marca o fim da política do sim ou não, e o início da política como uma “arena de opiniões contestáveis e decisões sujeitas à revisão a qualquer tempo”. Com isso, Urbinati reforça a tese de Manin, Przeworski e Stokes de que a autorização eleitoral não garante uma política representativa, uma vez que “as eleições produzem um governo responsável e limitado, mas não um governo representativo”. Em uma passagem de sua obra, afirma:

“Pode-se, portanto, dizer que a democracia representativa revela o trabalho “miraculoso” das opiniões e narrativas ideológicas de uma forma que a democracia direta não é capaz, pois ela nos compele a transcender o ato de



votar, num esforço de se reavaliar repetidamente a correlação entre o peso das ideias e o peso dos votos” (URBINATI, 2005)

Instrumentos de participação popular tornam-se fundamentais na garantia da representatividade, seja através de plebiscitos e referendos ou de manifestações e movimentos sociais. Tais instrumentos são a expressão do que Nadia Urbinati chama de “poder negativo”, o qual permite ao povo investigar e influenciar seus legisladores para deter ou mudar alguma ação dos representantes eleitos. Além disso, a autora chama a atenção para o papel dos partidos políticos como intermédio entre os cidadãos e a representação.

Para Urbinati, a função dos partidos é a de “integração da multidão”, ou seja, de unificar as ideias e interesses da população. Trata-se de pontos de referência que permitem que cidadãos e representantes formem alianças e estabeleçam compromissos ideológicos. Dado isso, o fenômeno contemporâneo de candidatos que concorrem sem filiação partidária é visto com receio, justamente por ir de encontro a uma eleição mais ideológica. Como explica a autora, “se a eleição fosse de fato uma seleção de candidatos isolados (...) a representação iria desaparecer, porque cada candidato(a) concorreria por si solitariamente e se tornaria, com efeito, um partidário de seu próprio interesse”.

Desse modo, a representação torna-se democrática quando é o resultado de uma disputa de ideias, já que, de acordo com Nadia Urbinati, apenas as ideias e opiniões podem ser politicamente representáveis, não os indivíduos. Sendo assim, as eleições promovem uma representatividade “na medida em que ocorram dentro de um contexto político que envolva programas e (...) sejam capazes de atrair e unir os interesses dos cidadãos”. Afinal, a representação democrática depende de muito mais do que procedimentos eleitorais.

### **3.2. Desconfiança**

Dentro da dinâmica da democracia representativa, a frustração com o desempenho das instituições produz o que é chamado de “desconfiança política”, esta que é percebida a partir dos sentimentos negativos dos cidadãos perante seus governantes e o regime vigente. Não obstante, a desconfiança é um risco assumido dentro das democracias, sendo o caso brasileiro especialmente analisado pelos professores José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello no livro “Efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática” (2013). Por se tratar de um país que passou por uma recente redemocratização, Moisés e Meneguello apontam que o Brasil

ainda está em um gradual processo de legitimação democrática, que por sua vez trata-se de um dos critérios fundamentais para a confiança.

A noção de confiança, em sua acepção mais ampla, está vinculada à “segurança de procedimentos (...) a respeito do comportamento dos outros com quem convivem e interagem”. Nesse sentido, a confiança política, como explicam os professores, refere-se à condição necessária para o “funcionamento de sociedades complexas, desiguais e diferenciadas que escolheram a alternativa democrática para se autogovernar”. Em outras palavras, a complexidade dos processos de tomada de decisão na democracia limita sua capacidade de controlar as informações para que suas decisões atendam ao interesse comum (MOISÉS, MENGUELLO, 2013). Os autores apresentam cinco dilemas que envolvem a confiança política e o regime democrático, sendo eles:

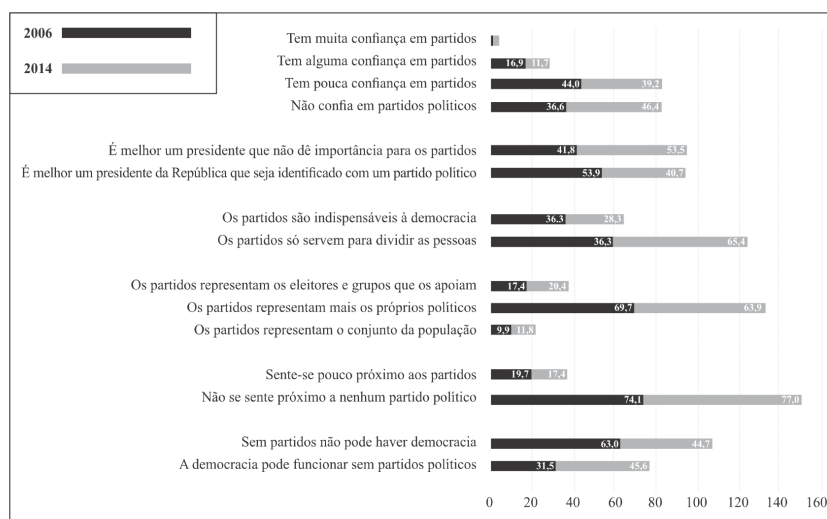
1. Em virtude da transferência de poder e soberania que os cidadãos fazem aos seus representantes eleitos, a democracia requer altos níveis de confiança nos mecanismos institucionais de formação de governo;
2. A promessa de alternância de poder tem como base a confiança de que os detentores do poder irão cumprir a transição;
3. Espera-se que os cidadãos se comprometam com a cooperação no regime democrático e não façam uso de escusas extralegais;
4. A democracia é um sistema político que envolve mais riscos do que as suas alternativas;
5. A confiança nas instituições democráticas não é, portanto, neutra ou genérica, mas diz respeito à garantia de direitos de cidadania.

A partir de tais dilemas, estabelece-se um paradoxo: a democracia pode conviver indefinidamente com o descrédito dos cidadãos em normas, procedimentos e instituições e, ao mesmo tempo, promover a coordenação e a cooperação sociais necessárias ao funcionamento das sociedades complexas? (MOISÉS, 2013). A solução para tal questão passa, indubitavelmente, pela confiança política, através de práticas como a comunicação entre os cidadãos, a tolerância e a aceitação do pluralismo político e a participação dos cidadãos em organizações da sociedade civil, como os partidos políticos (SZTOMPKA, 1999).

Desse modo, a confiança nas instituições é o meio pelo qual “os cidadãos asseguram que os seus direitos de cidadania são respeitados e, ao mesmo tempo, confirmam o seu compromisso com as exigências da comunidade política”, como aponta Moisés. Trata-se, portanto, de uma condição necessária da cidadania, que passa pelo funcionamento das instituições democráticas. Em seguida, é apresentada uma coletânea de dados para verificar o grau de confiança da população nas instituições brasileiras, em especial nos partidos políticos.

O gráfico abaixo apresenta os resultados de dois questionários, aplicados em 2006 e 2014 pelo NUPPS (Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas) da USP. Nele, são apresentados seis indicadores relacionados à confiança nos partidos políticos no Brasil. De modo geral, pode-se perceber um maior afastamento da população brasileira para com os partidos políticos, que são desacreditados como instituições indispensáveis para o nosso sistema político.

GRÁFICO I: A LEGITIMIDADE DOS PARTIDOS POLÍTICOS NO BRASIL (2006 E 2014)

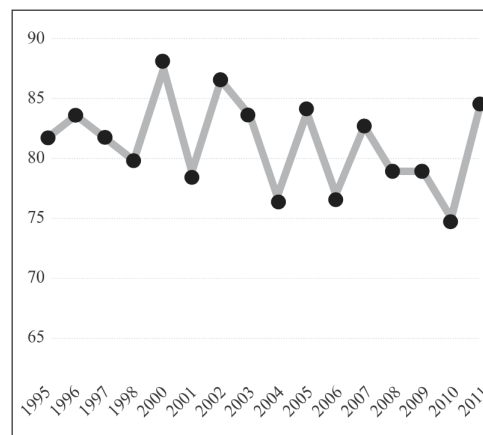


Fonte: Banco de Dados do Nupps, 2006 e 2014

Os dados revelam um aumento considerável na desconfiança em partidos políticos, que, somando os índices de “tem pouca confiança” e “não confia”, passou de 77,6% em 2006 para 85,6% em 2014. Além disso, os indicadores que demonstram a falta de representatividade dos partidos, como “os partidos só servem para dividir as pessoas” e “os partidos representam mais os próprios políticos” atingiram ambos a marca superior de 60%, revelando um grande distanciamento dessas instituições com a sociedade, fato este também presente na taxa de 77% que “não se sente próximo a nenhum partido”. O último indicador apresenta a relação entre os partidos políticos e a democracia, ligação essa que cada vez mais caminha para não ser consensual. De 2006 para 2014, houve uma queda de 18,3 pontos percentuais na afirmação “sem partidos não pode haver democracia”.

Em outra pesquisa sobre a desconfiança em relação aos partidos políticos, realizada pelo Instituto Latinobarômetro, o Brasil apresenta uma sucessão de pequenas quedas e subidas em sua taxa de desconfiança entre 1995-2011. O gráfico mostra que o índice sempre esteve acima de 70% de entrevistados que não confiam nas instituições partidárias, alcançando a taxa de 85% em sua última medição.

GRÁFICO 3: DESCONFIANÇA DOS PARTIDOS POLÍTICOS – BRASIL (1995-2011) – EM %

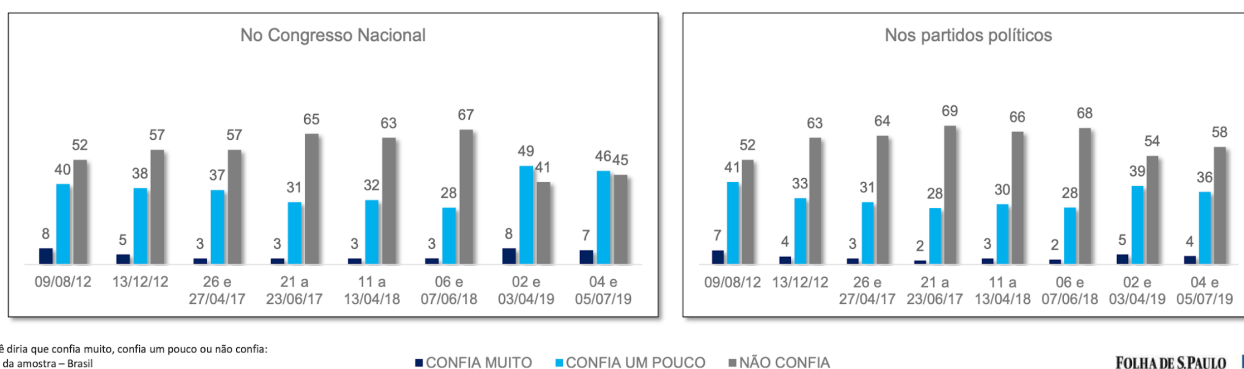


Fonte: Latinobarômetro, 1995-2011

Ainda na mesma base de dados do Latinobarômetro, nota-se que a questão da desconfiança nos partidos políticos é algo presente em toda a região latino-americana. O gráfico abaixo mostra a soma dos índices de “muita confiança” mais “alguma confiança” nos partidos, de modo que o resultado geral da América Latina é de 13%, número este que vem em uma constante queda desde 2013. O Brasil encontra-se, junto com El Salvador, como o país de menor confiança dentro da região, com a mísera taxa de 6%, revelando a situação crítica de tal indicador em nosso país.



A última pesquisa Datafolha<sup>1</sup> sobre o grau de confiança nas instituições, realizada entre 02 e 04 de abril de 2019 com 2086 entrevistados, ilustra como o Congresso Nacional e os partidos políticos permanecem sendo as instituições brasileiras com menos confiança por parte da população brasileira.



Fonte: Você diria que confia muito, confia um pouco ou não confia:  
Base: Total da amostra – Brasil

■ CONFIA MUITO ■ CONFIA UM POUCO ■ NÃO CONFIA

FOLHA DE S.PAULO Datafolha

Os gráficos, que medem as respostas em porcentagem, mostram que, desde 2012, os partidos políticos têm apresentado um grau baixíssimo de confiança, com índices de “não confia” estando sempre acima dos 50% e de “confia muito” abaixo dos 7%, mesmo havendo sutil aumento de 2018 para 2019 no índice de “confia um pouco”. O Congresso Nacional está logo em seguida no topo da desconfiança brasileira, apesar de no último ano ter apresentado uma melhora de 60% em “confia um pouco”. Os dados evidenciam um cenário de descrença política, com um aumento significativo da desconfiança nas instituições. Destarte, a falta de representação, ainda que acentuada na última década, pode ser diagnosticada desde os primórdios da república brasileira.

### 3.3. Crise de representatividade

A chamada “crise de representatividade” é resultado do processo histórico político do Brasil. Sua manifestação nos últimos anos é fruto de uma série de características do Estado brasileiro que estão enraizadas desde a Proclamação da República. Larissa Moreira Alves e Yasmin Mencher, em seu artigo “Crise de representatividade brasileira: influência da hegemonia de grupos e democracia representativa”, identificaram tal origem e pormenorizam seus principais elementos.

<sup>1</sup> Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2019/04/1987746-brasileiros-veem-forcas-armadas-como-instituicao-mais-confiavel.shtml> Acesso em 08/05/2020

No período da Primeira República (1889-1930), o voto deixou de ser censitário, mesmo não sendo obrigatório. Todavia, ainda excluía os analfabetos, que naquele período representavam a maioria da população (ALVES, MENCHER, 2018). Mesmo assim, é possível identificar que o voto era fraudado e que não havia eleições limpas, como afirmam as autoras. Dito isso, a gênese da crise de representação brasileira é atrelada a tal momento histórico, já que “a introdução do voto popular não conseguiu mudar efetivamente o cenário da sub-representação das minorias”, sobretudo pela presença do coronelismo e de práticas clientelistas que podem ser vistas até os dias atuais.

Vale ressaltar que, ao se tratar da crise de representatividade, esta está vinculada às classes sociais baixas e médias, uma vez que, como apontam Alves e Mencher, a elite brasileira, representada por grandes empresários e ruralistas, sempre esteve correspondida no âmbito político e econômico. Posto isso, a busca pela representação tem sido, desde o princípio, uma luta dos grupos sociais historicamente excluídos no Brasil, o que, de certo modo, foi agravado durante a Ditadura Civil-Militar, deixando um grande vácuo para o cenário pós-redemocratização.

Com a Constituição Federal de 1988, novos espaços de participação foram criados para incentivar a sociedade a atuar no processo democrático. Como explicam as autoras, “para que todas as cidadãs e cidadãos sintam-se amplamente representados, é necessário que o Estado garanta, efetivamente, a participação de diversos grupos nas principais instâncias de poder”. São exemplos desses espaços os conselhos de políticas públicas, que representam um grande avanço para a democracia representativa brasileira, apesar de que a representação não é expressa pela quantidade de cidadãos que são capazes de participar nesses fóruns, mas sim pela natureza e qualidade da representação democrática obtida no processo participativo (ALVES, MENCHER, 2018).

Como já apontado anteriormente, o caráter representativo das instituições é composto por fatores intra e extra eleitorais. O sistema político do Brasil que foi desenhado a partir da CF-88 possui elementos que vão ao encontro de mais representação, como o incentivo à maior transparência que aproxima os eleitores de seus governantes, ao mesmo tempo que apresenta uma série de lacunas que estão correlacionadas com a falta de representatividade. Na continuação, serão detalhadas algumas das particularidades do atual sistema político.

### 3.4. Presidencialismo de coalizão

Para poder compreender a configuração político-institucional do Brasil, faz-se necessário retornar à estrutura de governo estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Para isso, foram utilizados como base dois dos principais estudiosos do assunto: Sérgio Abranches e Fernando Limongi. Nas palavras de Limongi, “a necessidade de adjetivar ou qualificar o presidencialismo brasileiro deixa subentendido que este teria algo de peculiar, de especial”. É a partir disso que Abranches idealizou o conceito de presidencialismo de coalizão.

A singularidade do sistema presidencialista brasileiro está no fato de que nele é arquitetado um modelo que combina presidencialismo e multipartidarismo, resultando em uma maior dificuldade de estabelecer maioria no Congresso e dando jus ao nome de presidencialismo de coalizão, por haver a necessidade de serem formadas grandes coalizões (ABRANCHES, 1988). Dessa forma, criou-se um sistema no qual “a formação de coalizões seria articulada por meio de trocas de cargos do governo por apoio político do Executivo na aprovação de projetos nacionais”, como explica Sérgio Abranches. Somado a isso, o autor identifica na fragilidade dos partidos e na disputa do poder local a incapacidade de formar coalizões estritamente partidárias, algo que Limongi contradiz ao mostrar que o sistema político brasileiro funciona de maneira similar às das demais democracias contemporâneas.

Fernando Limongi também acredita que o modelo brasileiro se trata de um presidencialismo de coalizão, justamente porque os governos recorrem à formação de coalizões para obter apoio para suas iniciativas. Porém, ele não vê em tal característica motivo para apontar originalidade, já que os indicadores das taxas de sucesso e dominância<sup>2</sup> revelam um quadro bastante estável do sistema político no Brasil. Em uma passagem de sua argumentação, Fernando Limongi afirma:

“Pois muito bem, e o Brasil? (...) Estaríamos diante de problemas de governabilidade se o governo se mostrasse incapaz de governar. Partidos seriam frágeis se incapazes de dar sustentação política às propostas do governo. No entanto, o exame dos dados revela quadro radicalmente inverso” (LIMONGI, 2006)

---

<sup>2</sup> “A taxa de sucesso das iniciativas do Executivo, que nada mais é do que a proporção do que é aprovado sobre o total enviado por este poder, e a taxa de dominância sobre a produção legal, a simples divisão das leis cuja proposição se deve ao Executivo pelo total de leis aprovadas no período” (LIMONGI, 2006)

Retomando o texto constitucional de 1988, é consenso entre ambos os autores que o presidente ganhou forças constitucionais que o tornaram mais poderoso. Isto, pois, ele passou a ter a prerrogativa exclusiva de promover legislação nas áreas fundamentais, como tributação e orçamento (LIMONGI, 2006). Enquanto Abranches enxerga tais forças como garantia da independência do presidente dentro do jogo de barganha entre os parlamentares, Limongi observa, mais uma vez, que se trata de algo comum entre a maioria das constituições presidencialistas.

Nesse sentido, é unânime que, para influenciar as políticas públicas, é preciso estar alinhado com o presidente. Com isso, os parlamentares possuem duas alternativas (LIMONGI, 2006): fazer parte da coalizão presidencial ou aguardar na oposição a chegada de uma nova presidência. Em paralelo, Sérgio Abranches identifica três principais falhas no presidencialismo de coalizão: os parlamentares não possuem incentivos em cooperar com o presidente, que por sua vez se isola do apoio do Congresso; a legislação eleitoral contém fortes incentivos para o comportamento individualista dos parlamentares; e a coalizão partidária não pode usufruir de seus mecanismos de dissolução, contribuindo para uma oposição impotente (ABRANCHES, 1988).

De fato, o caso brasileiro é único, dado que reúne diferentes características institucionais que poderiam representar uma ameaça para o funcionamento da democracia, como a fragmentação partidária, o multipartidarismo e o presidente constitucionalmente forte. Entretanto, o presidencialismo brasileiro tem promovido resultados relevantes na estabilidade do regime democrático, como destacam os professores Carlos Pereira e Frederico Bertholini. Isto, sobretudo, por conta da presença das fortes instituições de controle, como o Ministério Público e os Tribunais de Contas, já que a qualidade e independência dos controles é variável-chave para entender o equilíbrio institucional do presidencialismo de coalizão (PEREIRA e BERTHOLINI 2017 apud PEREIRA e MELO 2012).

Em seu artigo “Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro”, Pereira e Bertholini argumentam que a uma boa gerência por parte do presidente é aquela que “será capaz de maximizar apoio legislativo e minimizar os custos de manutenção desse apoio político”. Ambos dissertam sobre os custos de governar em um ambiente institucional multipartidário, através de exemplos dos últimos presidentes do Brasil. Os autores apontam três escolhas que o presidente precisa levar em conta na montagem de sua coalizão: quantos partidos farão parte; quais partidos estarão, de acordo com as preferências políticas e ideológicas; e qual vai ser a quantidade de poder e recursos que serão compartilhados entre os membros.



A partir dessas escolhas, Pereira e Bertholini afirmam que “o processo de formação e gerência das coalizões em sistemas presidencialistas multipartidários implica custos de diferentes ordens para o presidente”. Nesse sentido, as coalizões presidenciais são gerenciadas ao longo do tempo de acordo com a sua eficiência, e seus custos e retornos em termos de apoio político no Congresso (PEREIRA e BERTHOLINI 2017). Isto posto, os professores apontam três critérios para avaliar uma coalizão: (I) proporcionalidade, (II) tamanho e (III) heterogeneidade. Tais critérios foram a base para analisar as estratégias de gerência de coalizão dos mandatos presidenciais de 1995 a 2013, como é apresentado na tabela abaixo:

Mandato	Proporcionalidade da coalizão		Tamanho da Coalizão		Heterogeneidade ideológica da coalizão	
	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão	Média	Desvio-padrão
Cardoso 1	59.6	2.8	4.1	0.3	21.5	1.5
Cardoso 2	61.7	1.8	4.3	0.8	19.6	1.4
Lula 1	49.3	0.9	7.7	0.7	48.2	3.4
Lula 2	52.1	4.7	9.1	0.9	42.2	0.9
Rousseff 1	43.7	1.5	7.8	0.7	45.8	0.9

Fonte: Ipea/FGV (2015).

A partir dos dados acima, é possível identificar a diferença de estratégia entre os governos tucanos e petistas. Comparando as duas gestões, pode-se dizer que as de Fernando Henrique Cardoso se caracterizaram por coalizões menores, enquanto as dos petistas Lula e Dilma Rousseff aumentaram significativamente o tamanho. Quanto ao compartilhamento de poder com os parceiros (proporcionalidade), FHC manteve uma média alta, ao contrário dos petistas, já que, como explicam Pereira e Bertholini, o PSDB teve uma boa distribuição de poder com o PMDB enquanto o PT manteve um baixo compartilhamento de poder com seus aliados por conta de desafios internos de disputas partidárias.

De maneira inovadora, Carlos Pereira e Frederico Bertholini elaboraram um indicador que permite comparar custos de governo entre diferentes presidentes e em diferentes momentos temporais. A isso, deu-se o nome de Índice Sintético de Custos de Governo (ICG), que é a composição da quantidade de ministérios que um presidente decide ter em seu governo, do total de recursos que decide alocar entre os ministérios e do montante em emendas individuais ao orçamento anual de parlamentares que decide executar (PEREIRA e BERTHOLINI 2017). Deixando como base os mesmos mandatos, os autores calcularam o ICG de cada um dos presidentes:

Mandato	ICG	ICG Coalizão	ICG Partido do Presidente	ICG Coalizão (%)	ICG Partido do Presidente (%)	Índice de necessidade de coalizão
Cardoso 1	14,1	10,9	3,2	76,7	23,3	57,8
Cardoso 2	37,2	24,5	12,7	67,3	32,7	56,5
Lula 1	63,3	26,6	36,7	41,6	58,4	71,3
Lula 2	69,1	32,2	36,8	46,6	53,4	79,8
Rousseff 1	76,0	44,2	31,8	58,2	41,8	85,8
Média	50,7	26,8	23,8	58,1	41,9	69,4

Fonte: Ipea/FGV (2015).

Através da variável “índice de necessidade de coalizão”, nota-se que os governos de FHC se apresentaram menos vulneráveis do que os governos petistas, que se mostraram mais dependentes da necessidade de governar por meio de coalizões. Essa diferença pode ser explicada pelo aumento da fragmentação partidária no Legislativo, sobretudo durante o primeiro governo Dilma. Isto, pois, segundo os professores, “a grande fragmentação partidária inviabiliza a conquista de maiorias sem convidar um número grande de partidos a fazer parte da coalizão, mas não estabelece que esses partidos sejam ideologicamente distantes ou que recebem recompensas desproporcionais à sua contribuição no governo” (em alusão à baixa taxa de proporcionalidade do governo Dilma).

Desse modo, os resultados de ambas as tabelas corroboram as principais hipóteses que Pereira e Bertholini apontam em seu artigo: quanto mais proporcional for a coalizão, menores os custos de governo; quanto maior for a coalizão, maiores os custos de governo; e quanto mais heterogênea for a coalizão, maiores os custos de governo. Assim, conclui-se que a escolha presidencial sobre o número de partidos da coalizão afeta consideravelmente os custos de governo, embora o presidente possua diferentes opções de estratégias para gerenciar a coalizão. Destarte, o principal obstáculo no presidencialismo multipartidário brasileiro não seria necessariamente de desenho institucional, mas, sobretudo, de gerência de coalizão (PEREIRA e BERTHOLINI 2017).

### 3.5. Sistema partidário

Dentro do arranjo político-institucional, os partidos políticos assumem função primordial para o seu funcionamento, sobretudo na garantia de representação da sociedade. O professor Orides Mezzaroba, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), destaca dois pressupostos elementares para a eficácia do modelo democrático-representativo: que o partido político tenha se constitucionalizado e que exista reconhecimento institucional de sua importância (MEZZAROBA, 2006). Em sua obra, Mezzaroba destaca que tal reconhecimento

aconteceu tardiamente no Brasil, assim como a retomada da experiência democrática. Em suas palavras, “essa ausência de tradição democrática tem consequências profundas para as concepções político-partidárias, a mais significativa é justamente a falta de representatividade do sistema político do país”.

O reconhecimento institucional da importância dos partidos torna-se frágil quando a definição de sua função carece de detalhamento no texto constitucional. O art. 14, § 3, V da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece a filiação partidária como condição obrigatória para a elegibilidade de candidatos; contudo, não há uma explanação acerca da função política que os partidos desempenham dentro da configuração institucional. “Faltou à própria Carta estabelecer concretamente que as organizações partidárias são instrumentos imprescindíveis e legítimos à prática democrática”, como afirma o professor. Nesse sentido, fica evidente a frase que o cientista político italiano Giovanni Sartori, em 1996, disse sobre o sistema partidário brasileiro: “Nenhum país no mundo atual é tão avesso aos partidos como o Brasil, na teoria e na prática”.

Ademais, o conteúdo das leis orgânicas dos partidos políticos também é visto com receio por Mezzaroba, dado aquelas acabam por limitar a autonomia e as liberdades partidárias, “refletindo uma política de interferência estatal”. A incongruência está no fato de que o limite do constitucionalmente aceitável é de legislações que se atenam em regulamentar os princípios constitucionais estabelecidos no intuito de facilitar o exercício deles (MEZZAROBA, 2006). Assim, o aspecto jurídico das instituições partidárias mostra-se debilitado. Outrossim, sua dimensão prática-ideológica também parece estar longe do ideal.

Angelo Panebianco, um dos principais nomes da academia sobre a questão partidária, aplica o modelo dos partidos políticos a partir da teoria das organizações, de modo a justificar que um partido político, como qualquer organização, sofre modificações e adaptações profundas, interagindo com as modificações do ambiente. Panebianco (1999) ressalta o papel da ideologia como a base constitucional dos partidos, já que aquele é o melhor indicador dos objetivos partidários. O cenário brasileiro, por sua vez, mostra-se pessimista quanto ao caráter ideológico dos partidos, como é abordado no artigo “Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil”.

Os autores Bruno Bolognesi, Flávia Roberta Babireski e Ana Paulo Brito Maciel investigaram que, na teoria, os partidos deveriam buscar evidenciar suas diferenças em relação aos outros no viés ideológico. Porém, “no Brasil permeia uma noção de indiferenciação das legendas partidárias”. Soma-se a isso o fato que o sistema partidário brasileiro abriga o maior

número efetivo de partidos<sup>3</sup> legislativos do mundo, o que, junto ao modelo de presidencialismo de coalizão, dificulta a distribuição dos partidos dentro do espectro ideológico (BOLOGNESI, BABIRESKI, MACIEL, 2019). Dos 35 partidos atualmente registrados no Tribunal Superior Eleitoral, apenas 14 são considerados dentro do número efetivo, o que significa, na visão dos autores, que há 21 partidos que permanecem existindo a base de uma competição personalista.

Na pesquisa empírica apresentada no artigo, a qual teve como base oito partidos políticos para verificar se possuem uma ideologia bem manifesta, verificou-se que há um descompasso entre aquilo que os partidos políticos defendem e a percepção que se tem deles por parte de cientistas políticos, que foram o público consultado. Confirmou-se, assim, a hipótese da baixa congruência ideológica, que é catalisada pela baixa quantidade e qualidade de elementos que tais partidos apresentam para que possam ser classificados. Isto leva a um cenário de partidos com comportamento fisiológico, que por sua vez colabora para uma maior polarização (BOLOGNESI, BABIRESKI, MACIEL, 2019).

Dado à presença de inúmeras debilidades da atuação dos partidos políticos no Brasil, a pauta de uma reforma política que atinja o sistema partidário torna-se essencial para resgatar a confiança daqueles perante a sociedade e aprimorar o aparelho político. Como explica Jairo Nicolau, “a necessidade de alterar certas regras eleitorais para aperfeiçoar o presidencialismo de coalizão é fundamental”. Para ele, as reformas eleitorais irão valorizar os partidos e criar regras mais justas de distribuição de poder parlamentar, reduzindo a alta dispersão partidária (NICOLAU, 2017). A pauta da reforma política está presente na agenda pública há décadas, mas basta pequenas alterações para corrigir os problemas do sistema eleitoral e aperfeiçoar as atividades partidárias (NICOLAU, 2017).

Dentro dos tópicos da reforma político-partidária considerados pela Comissão Temporária Interna, criada em 1995 pelo Senado Federal, estão: (I) voto distrital misto; (II) extinção das coligações nas eleições proporcionais para o Legislativo<sup>4</sup>; (III) filiação partidária e domicílio eleitoral; (IV) financiamento público; (V) fidelidade partidária; e (VI) cláusula de barreira<sup>5</sup>.

Dessa forma, uma revisão acerca da função teórica e prática dos partidos políticos é necessária para que “a crise de representatividade que envolve o modelo de representação e as instituições político-partidárias possa ser superada”, como afirma Orides Mezzaroba. A falta

---

<sup>3</sup> O número efetivo de partidos indica o grau de fragmentação do sistema partidário ponderando a força relativa das legendas que o compõem. O valor calculado aponta a quantidade de partidos com alguma relevância quantitativa em um sistema político.

<sup>4</sup> Aprovada na minirreforma política de 2017

<sup>5</sup> Aprovada na minirreforma política de 2017

de congruência ideológica somada ao descrédito dos partidos por parte da sociedade brasileira corrobora uma transformação estrutural improrrogável. Apesar de estar presente na agenda desde 1995, o clamor por uma reforma político-partidária ecoou nas manifestações populares que ficaram conhecidas por Jornadas de Junho de 2013.

### **3.6. Jornadas de Junho**

O momento histórico chamado de Jornadas de Junho gerou uma instabilidade na arena política brasileira, sobretudo nas instituições representativas, reverberando uma nova voz jovem para uma mudança na democracia. Em entrevista para o portal DW, o sociólogo Boaventura de Souza Santos disse que as manifestações populares ocorridas no Brasil em 2013 marcaram um novo cenário na história, devido tanto a sua originalidade quanto à diversidade ideológica, a multiplicidade de interesses dos diversos grupos sociais participantes e um movimento de bandeira antipartidarista.

As Jornadas de Junho representam o conjunto de protestos que ocorreram em diversas cidades do país durante o mês de junho de 2013. O professor Ricardo Fabrino Mendonça destacou seis aspectos que caracterizaram tais manifestações. O primeiro é que “as Jornadas nem começaram, nem acabaram em junho”, ou seja, elas fazem parte de uma série de lutas e processos históricos que as precederam. O segundo identifica a singularidade do evento: o volume de pessoas protestando em diferentes cidades, levantando múltiplas pautas e sendo organizado de diferentes formas. O terceiro, por sua vez, está no uso do termo “jornadas”, este sendo utilizado para definir que houve uma sobreposição de ações políticas muito diferentes, mas todas articuladas às realidades tanto locais quanto nacionais.

Nesse sentido, Mendonça reafirma que as manifestações fizeram parte de um ciclo de protestos mais amplo, já que excedeu as lutas locais atingindo uma esfera nacional, sendo este o quarto aspecto. Da mesma forma que não foram ações completamente espontâneas, tampouco foram resultado de protestos organizados anteriormente; assim, percebe-se “uma sobreposição entre espontaneidade e organização, que viabiliza sua singularidade e a potencializa”. O sexto e último aspecto busca evidenciar junho de 2013 em um processo ambivalente, já que, como explica Mendonça, as jornadas emergiram a partir de mudanças no cenário sociopolítico, mas seu florescimento também abriu para uma série de novos protestos sociais.

A professora Cicilia M.K. Peruzzo caracterizou os surgimentos das manifestações que chegaram a alcançar mais de um milhão de pessoas no dia 20 de junho<sup>6</sup>:

“Manifestações que coloriram vários países, do mundo árabe à Europa e aos Estados Unidos demoraram em eclodir no Brasil, mas, finalmente, chegaram com o outono de 2013 para mudar as cores da política por meio de uma espécie de democracia direta: nós por nós mesmos. É a população que vai às grandes avenidas em passeatas, sem líderes ou organizações que pudessem assumir o protagonismo. O conformismo parecia ser mais profundo do que se imaginava possível, dado histórico de um País que desde antes do fim da ditadura militar mobiliza-se e se organiza nas entranhas das bocas e vielas, na cidade e no campo, e soube até provocar o impeachment de um presidente da República” (PERUZZO, 2013)

Na pesquisa IBOPE Inteligência realizada em oito capitais durante os protestos, na qual foram entrevistadas duas mil e duas pessoas, notou-se que a grande maioria dos manifestantes dizia não se sentir representada por partido (89%) ou político (83%). Ademais, quando perguntado sobre qual era a pauta que motivava a presença nas manifestações, 65% reivindicavam mudança no cenário político, 54% no transporte público e 37% na saúde.

No artigo “Crise de representatividade no Brasil: politização ou despolitização. Uma leitura pós-jornadas de junho de 2013”, Gualterberg Silva e Randal Magnani dissertaram sobre os muitos efeitos gerados pelas Jornadas de Junho para a conjuntura política brasileira. Para eles, sua força foi tal que é vista como um ponto de mudança dentro da experiência democrática do país, já que “o eleitor brasileiro ‘descobriu’ que é contribuinte (e o contribuinte ‘descobriu’ que é eleitor), constituindo-se no mesmo ‘ser’ que possui direitos e obrigações, chamado cidadão”. Além disso, Silva e Magnani colocam como impulsor da vontade popular em alterar o sistema político a insatisfação relativa à condução da política pelas elites partidárias, mais do que uma convicção cívica em torno da participação nos assuntos governamentais da nação. (SILVA e MAGNANI, 2019)

Como pôde-se ver, junho de 2013 representou um novo momento da participação popular nas ruas, sobretudo pelo papel das mídias digitais na mobilização das ações coletivas. Todavia, muitas das pautas que foram levantadas continuaram em aberto após aquele mês, abrindo margem para uma nova organização de grupos pertencentes ao espectro da direita. De acordo com Antônio Euzébio Filho e Raquel Souza Lobo Guzzo, as reivindicações de massa

---

<sup>6</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1602961-protestos-de-junho-de-2013-atrairam-1-milhao-no-auge.shtml> Acesso em 10/05/2020

ocorridas após 2013 foram apropriadas por setores da direita tradicional. “Este impulso da direita brasileira, que retomou a tática de ir para as ruas com apoio da grande mídia, de alguma maneira se manifestou nas urnas, especialmente no cenário eleitoral de 2016 e no processo de impeachment”. (FILHO e GUZZO, 2018 apud MELO, 2015)

De maneira consonante, os professores Esther Solano, Pablo Ortellado e Marcio Morreto identificaram o lugar da esquerda nos protestos pós-2013. Para eles, “enquanto a esquerda brasileira não conseguir dar resposta apropriada a estas insatisfações [pautas que permaneceram após junho de 2013], movimentos identificados como de direita liberal canalizaram estes sentimentos de descontentamento cidadão contra o sistema político”. Assim, o ano de 2016 foi marcado por uma intensa polarização nas manifestações e nas redes sociais, em um fenômeno marcado do oposto e da negação da identidade alheia (SOLANO, ORTELLADO e MORRETO, 2017).

Apesar da continuidade das insatisfações populares vistas nas ruas nos anos posteriores das Jornadas de Junho, certas lacunas ainda estão em aberto e os recentes escândalos de corrupção somados à ascensão de uma onda ultraconservadora revelam que as feridas permanecem profundas. Na opinião de Antônio Filho e Raquel Guzzo, os partidos e movimentos sociais não se apresentam como alternativa à onda conservadora ou a um sistema corrupto, assim como “as chamadas instituições democráticas e o voto popular não são citados como alternativas para se alcançar demandas populares”. Ademais, para os autores, é razoável considerar que a incapacidade de a democracia burguesa dar resposta para sua própria crise vem gerando uma crise de representatividade política (FILHO e GUZZO, 2018).

Seria a crise de representação brasileira pertencente a uma crise maior das democracias globais? Para o sociólogo espanhol Manuel Castells, sim, por se tratar de uma crise de legitimidade:

“As novas contradições institucionais, culturais e tecnológicas do exercício democrático, tornaram obsoletos os sistemas partidários existentes, levando à volatilidade eleitoral, o desaparecimento gradativo dos partidos e a importância decisiva da mídia nos processos eleitorais e assim a tendência global parece indicar ou confirmar, ao longo do tempo, a proporção decrescente de votos para os partidos” (CASTELLS, 2003, p 401)

Assim, é possível notar que o papel central das redes sociais em junho de 2013 e nas manifestações dos anos seguintes possibilitou a formação de um modelo horizontalizado e

apartidário de participação popular (SILVA e MAGNANI, 2019). A partir dele, “os protestos de 2013 tiveram o papel extremamente positivo de estrugir o sistema político e colocar em debate práticas consolidadas que deformam e desmoralizam a democracia brasileira”. Desse modo, conclui-se que as Jornadas de Junho, protagonizadas por jovens estudantes, marcaram a descrença em relação aos partidos políticos que, por sua vez, provocou um questionamento no atual modelo de sistema partidário. Nas palavras de Gualterberg Silva e Randal Magnani, instalou-se “uma expressão de profundo mal-estar que ganhou uma dimensão pública, não partidária e nacional”.

### 3.7. Grupos de renovação política

De acordo com os pesquisadores Eduardo Cavaliere e Otávio Miranda<sup>7</sup>, a rotatividade no Congresso brasileiro é uma das mais altas no mundo. Entre 1990 e 2014, apenas 25% dos deputados federais e 21% dos senadores ultrapassaram os dois mandatos. Em 2014, apenas 53% dos deputados federais se reelegeram, sendo que nos Estados Unidos e no Reino Unido mais de 90% retornaram ao Parlamento. Portanto, não se trata da troca de políticos, já que a alternância ocorre. Apesar disso, o padrão da classe política não se altera (LAGO, 2018). Nota-se um Congresso composto por cerca de 10% de mulheres, 5% que se autodeclararam negros e apenas um deputado que se declara LGBT. Assim, o ideal de renovação não está relacionado à alternância, mas sim à pouca representatividade social dos políticos, esta, por sua vez, um dos princípios fundamentais das democracias liberais (LAGO, 2018). Nesse sentido, é necessário analisar as diferentes atuações dos grupos que focam na renovação dos quadros, os chamados grupos de renovação política (GRP).

Manuel Castells (2013) afirma que “os movimentos sociais historicamente são os grandes catalisadores de mudança política na sociedade”. Em uma passagem de sua explicação, ele diz:

“Na consolidação de um movimento social, a conectividade entre os sujeitos depende fundamentalmente da existência de redes de comunicação interativas, uma vez que elas tornam possível a conexão entre os indivíduos, o compartilhamento de sua indignação, o afrontamento dos poderes institucionais e a construção de projetos alternativos para si próprios ou para toda a sociedade “ (CASTELLS, 2013)

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.fecomercio.com.br/public/noticia/rotatividade-no-congresso-e-altissima-novo-estudo-poe-em-xeque-o-que-sabemos-sobre-renovacao-politica> Acesso em 10/05/2020



A conjuntura de crise política estabelecida no contexto pós Jornadas de Junho de 2013, agravada pela série de escândalos de corrupção revelados pela Operação Lava Jato no ano seguinte, trouxe à tona um novo ator na política, a “renovação política”. Essa pode ser observada de diferentes perspectivas por parte da sociedade: na dicotomia entre “velha” e “nova” política; na criação de um partido com o nome de “Novo”, deferido pelo Tribunal Superior Eleitoral em 2015; ou mesmo mais recentemente no *slogan* “políticos não, gestores sim”, marca da eleição de João Dória nas eleições municipais de 2016<sup>8</sup>. Mas, afinal, a mera criação de novos partidos ou a substituição dos políticos é o caminho para a renovação política?

A ascensão dos GRP coincide com o cenário pós Jornadas de Junho de 2013, a partir de um conjunto de pessoas que viram uma janela de oportunidade para engajar certos coletivos que visam discutir e fazer política de outra maneira. Esses, compostos por indivíduos de alta qualificação profissional, tornaram-se os grupos da sociedade civil comprometidos a realizar uma renovação na política, como resposta à crise de representatividade que estava cada vez mais instaurada, trazendo à tona a lógica de Castells do potencial dos movimentos da sociedade civil como transformadores do âmbito político.

No artigo “Movimentos de renovação política no Brasil: o engajamento da sociedade civil na era digital”, os autores Lígia de Moraes Oliveira e Roberto Gondo Macedo discorreram sobre o surgimento dos GRP no Brasil na última década, caracterizada pela forte presença dos meios digitais. Para Oliveira e Macedo, a maioria desses grupos procurava fugir dos atores e práticas da “velha política”, esta composta por troca de favores privados por agentes públicos e práticas de políticos de longa data. Fazendo uso do potencial conectivo da internet, a “renovação surge como figura retórica de oposição a esses costumes”.

Entretanto, a lógica dos GRP não é criar uma nova via de atuação política, já que eles não agem fora das instituições, mas dentro delas (SANTOS, 2019). Não colocam o rompimento institucional ou mesmo democrático, procuram respeitar as instituições tradicionais e ocupar espaços dentro delas (SANTOS, 2019). Nesse sentido, Oliveira e Macedo destacam o incremento da participação cívica no jogo político desde o surgimento dos GRP, que buscam atrair cidadãos interessados em fazer política de uma nova maneira. A pesquisa do Instituto IDEA Big Data de julho de 2017 ilustra bem tal cenário: 79% dos entrevistados concordam

---

<sup>8</sup> Disponível em <https://epoca.globo.com/politica/noticia/2017/04/joao-doria-eu-nao-sou-politico-nao.html>  
Acesso em 10/05/2020

com a afirmação “gostaria muito de ver cidadãos comuns (de fora da política) candidatos em 2018”.

Em 2015, uma norma procedida pelo Supremo Tribunal Federal impactou diretamente nos novos candidatos que iriam concorrer nas eleições municipais de 2016, alguns desses membros de GRP. Trata-se do ADI 4650<sup>9</sup>, que julgou serem inconstitucionais as contribuições de pessoas jurídicas às campanhas eleitorais. Com isso, pessoas que não possuíam uma rede de doadores físicos para bancar suas campanhas passaram a ter dificuldade em encontrar formas de financiamento.

Existe uma importante diferença entre movimento e grupo de renovação política. Muitos desses coletivos não adotam o nome de movimento, como é o caso do RenovaBR, que afirma ser uma escola de formação política. Justamente pela ausência de conotação ideológica, utilizar o termo “grupo” ao invés de “movimento” torna-se mais abrangente e adequado. Tal associação com uma certa ideologia remete aos partidos políticos, que estão diretamente vinculados à crise de representatividade do país. É possível observar que alguns partidos mudaram seus nomes para se afastarem da aparência partidária (MAZZA, 2020), como é o caso do Podemos (ex-PTN), Cidadania (ex-PPS), Democratas (ex-PFL), Patriota (ex-PEN), entre outros, podendo confundir com os GRP como Acredito, Agora ou Livres.

Esse paradigma de lugar de atuação entre partidos políticos e os GRP é uma questão que retoma o debate acerca da função do partido e do sistema partidário brasileiros. Os partidos políticos são as instituições consagradas pela Constituição Federal de 1988 para realizar a representação política da sociedade, de modo que estar filiado a um partido é uma exigência para um indivíduo disputar uma eleição no Brasil. A legislação, assim, proíbe candidaturas avulsas, além de que os partidos recebem recursos anuais do fundo partidário e bianuais do fundo eleitoral. Desse modo, são indissociáveis os partidos políticos de uma democracia representativa fortalecida.

O mal-estar entre GRP e partidos políticos pode ser visto de diferentes formas, de acordo com a maneira que o grupo estabelece seu relacionamento com o partido. De maneira geral, existem discrepâncias no que se refere à estrutura e à adesão programática. Um caso que evidencia tal conflito foi o voto favorável à reforma da previdência por parte de Tabata Amaral (Sem partido-SP), membra do RenovaBR e do Acredito, contrariando a indicação de seu

---

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=300015> Acesso em 11/05/2020

partido, o PDT<sup>1011</sup>. Nesse sentido, tal exemplo revela a busca dos GRP de oxigenar a política, através de novos atores jovens e bem instruídos que são desprezados e desencorajados pela dinâmica partidária tradicional (FERNANDEZ, 2019).

Panebianco (1999) ressalta o papel da ideologia como a base constitucional dos partidos, já que aquele é o melhor indicador dos objetivos partidários. Aqui se encontra um dos principais confrontos com os GRP, estes contemplando uma pauta ideológica mais abrangente para os seus candidatos que, por sua vez, também precisam estar filiados a partidos para se elegerem. Se estabelece, assim, um paradoxo, uma vez que os membros dos GRP estão renovando a política, mas não estão renovando os partidos (NICOLAU, 2019).

Nos recentes anos, observa-se que a retórica da “renovação” tem se esvaziado cada vez mais, como afirmam os autores Lígia de Moraes Oliveira e Roberto Gondo Macedo. Isso porque muitos candidatos tradicionais que buscavam se reeleger passaram a se apropriar da mensagem de renovação nas últimas eleições, colocando-se paradoxalmente como agentes do rompimento com o status quo (OLIVEIRA, MACEDO, 2020). O maior exemplo disso foi a eleição de Jair Messias Bolsonaro para a Presidência da República, que apesar de estar há 30 anos na política, beneficiou-se da imagem de representante da “nova política”, se automeando um *outsider*.

Outrossim, a atuação dos GRP tem se intensificado a cada ano. Alguns em um exponencial crescimento, outros passando por modificações e até grupos recém-criados. Este estudo selecionou seis GRP como objeto de análise, com o intuito de identificar quais rumos e estratégias são comuns e quais são diferentes entre si, de modo a averiguar se estão proporcionando uma solução para a vigente crise de representatividade. Dada a existência de vários grupos, optou-se pela escolha de seis que possuem atuações distintas e que mostram uma expressiva relevância do atual cenário político. São eles: RenovaBR, Raps, Livres, Acredito, MBL e Vamos Juntas.

#### 4. Metodologia

O presente trabalho se debruça em duas principais temáticas: crise de representatividade brasileira e os grupos de renovação política. Enquanto a análise da primeira foi realizada a partir de uma ampla variedade de autores, a segunda, dada sua contemporaneidade, foi

---

<sup>10</sup> Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/08/07/tabata-amaral-reforma-da-previdencia-segundo-turno.htm> Acesso em 12/05/2020

<sup>11</sup> Após anos de conflito judicial, o TSE autorizou a desfiliação de Tabata Amaral sem perder o mandato. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2021/Maio/deputada-tabata-amaral-pode-deixar-o-pdt-sem-perder-o-mandato-na-camara-decide-tse>. Acesso em 15/06/2021

investigada através de reportagens jornalísticas e, principalmente, por meio da coleta de dados. Sendo assim, adotou-se uma abordagem geral qualitativa, a qual envolveu a revisão da literatura existente e a realização de entrevistas.

O cronograma da pesquisa foi dividido em três partes. Em um primeiro momento, delimitou-se os temas que trariam substância ao debate da crise de representação e então realizou-se o recorte bibliográfico de tais. Em seguida, houve a etapa de marcação e realização das entrevistas, que adotaram o modelo semiestruturado via videoconferência e optou-se pela não menção dos nomes dos entrevistados em comum acordo, visando a privacidade deles. A última parte consistiu na análise dos dados obtidos junto com a revisão de artigos jornalísticos que convergiam o assunto dos GRP.

Dada a presença de várias organizações que incidem sobre o mote da renovação política, optou-se pela escolha de seis grupos dentre esses como objeto de estudo. Tal escolha foi embasada nos critérios de destaque na conjuntura política, variedade de práticas e tempo de existência. A partir da seleção, as entrevistas foram realizadas com representantes da direção e coordenação de cada um dos seis GRP, com o intuito de colher informações que demonstrassem fidelidade à condução da organização. As perguntas foram conduzidas com base em um bloco de comum para todas as entrevistas e um bloco específico para cada grupo (ver apêndice).

Uma vez que todos os dados foram coletados, realizou-se as transcrições para iniciar a etapa de análise. O método adotado foi o de análise de conteúdo através de categorização, agrupando os dados a partir das perguntas do bloco comum e das respostas semelhantes. Neste processo, adotou-se a sequência de análise qualitativa proposta por Miles e Huberman (1994), a qual prevê, na última instância, realizar generalizações a partir dos padrões identificados e das perspectivas teóricas. Destarte, foram criadas 5 categorias (natureza, renovação política, estratégias, visão de país e planos futuros) e 5 subcategorias (pertencimento, Jornadas de Junho, sistema partidário, sistema político e liberalismo).

A pesquisa pode ser considerada inovadora para o campo da ciência política pode dar luz ao conceito de “renovação política” que possui rara presença na literatura. É, nesse sentido, que o diagrama de síntese dos resultados (ver 5.3) e a formulação abrangente da definição do conceito (ver conclusão) buscam trazer um novo olhar para a renovação política. Ademais, são poucas as produções científicas que abrangem as organizações da sociedade civil aqui nomeadas como GRP, sendo isto mais um aspecto que tornou desafiador o processo de investigação e, de certo modo, ousadas as conclusões alcançadas.

## 5. Resultados

### 5.1. Visão Geral

A crise de representatividade brasileira não é um fenômeno que iniciou recentemente, como se observou no capítulo 3.2. Mas foi na última década que tal crise passou a ser revelada publicamente, por conta de uma série de eventos da conjuntura nacional que levaram a sociedade civil a se organizar perante uma insatisfação generalizada com a política. Os principais acontecimentos que marcaram tal contexto foram as Jornadas de Junho de 2013, os escândalos de corrupção oriundos da Operação Lava Jato, as manifestações pró-impeachment da então Presidente Dilma Rousseff em 2016 e os debates sobre as principais reformas políticas que surgiram, sobretudo a da reforma da previdência em 2017, que junto com os demais eventos revelaram um profundo cenário de polarização política.

Esse período da crise de representação explícita na história brasileira, que ainda não teve um momento de virada, ou seja, que permanece presente atualmente, foi o apogeu da criação de inúmeras iniciativas da sociedade civil que, cada uma com sua ideologia, buscaram trazer alternativas para tal cenário. O surgimento dessas iniciativas representou um novo momento da participação popular na esfera política, dado às diferentes bandeiras que se transformaram em coletivos e a continuidade da atuação da maioria delas até os dias atuais. Antes de adentrar no contexto de surgimento de cada um dos seis grupos de renovação política que são os objetos da pesquisa, cabe ressaltar que se adotou a nomenclatura “grupo de renovação política” (GRP) para uma referência geral já que parte dos grupos não se identificam com a definição comumente utilizada de “movimento” e também porque os seis que foram escolhidos já estão em uma fase mais consolidada de organização.

O primeiro GRP é o RenovaBR<sup>12</sup>, uma escola de formação política que prepara pessoas comuns e de diversas ideologias para renovar a democracia brasileira. Foi fundada em 2017 por Eduardo Mufarej, que após ter uma carreira de sucesso no mercado financeiro e no setor de educação, viu-se insatisfeito com a realidade da política no país. A escola é baseada em quatro princípios: conhecimento, independência, transparência e democracia. O trabalho da organização pode ser dividido em quatro frentes: seleção, através do processo seletivo nacional para selecionar potenciais lideranças; formação, com uma grade de aulas oferecida para a turma selecionada com os principais temas da política brasileira; acompanhamento, por meio da

---

<sup>12</sup> <https://renovabr.org/quem-somos/> Acesso em 27/04/2021

análise de desempenho e formações complementares dos ex-alunos; e mobilização, propondo um engajamento da sociedade na participação da democracia.

A primeira turma, destinada às eleições de 2018, contou com 131 alunos, dos quais 17 foram eleitos para as Assembleias Legislativas e o Congresso Nacional. Na preparação para as eleições de 2020, duas turmas foram criadas, juntas somando 1820 alunos, dos quais 139 se tornaram vereadores, 12 viraram prefeitos e 2 vice-prefeitos. Com um aumento de mais de 10 vezes da primeira turma para as seguintes, o RenovaBR vem se preparando para as eleições de 2022, com o seu processo seletivo atingindo a marca de 12 mil inscritos com pessoas de 31 dos 33 partidos registrados no TSE.

O segundo GRP é o Acredito<sup>13</sup>, que se autodenomina como um movimento suprapartidário comprometido com a renovação de pessoas, práticas e princípios na política. Foi fundado em 2017 pelos jovens José Frederico Lyra Netto, Renan Ferreirinha e Tabata Amaral, que buscaram reunir pessoas em torno de uma agenda que superasse a dicotomia direita-esquerda e aproximasse o cidadão da política. São valores do Acredito o Estado eficiente e fiscalmente responsável, a dignidade e igualdade de oportunidades, a economia empreendedora e criatividade, a sustentabilidade, entre outros. Sua atuação pode ser dividida em três: produção de conteúdos sobre política nas redes sociais, organização de eventos e debates nas ruas e na internet e apoiar novas lideranças com potencial de transformação política. Sobre este último, o Acredito teve 4 lideranças cívicas eleitas em 2018 e 18 eleitas em 2020.

O terceiro GRP é a RAPS<sup>14</sup>, Rede de Ação Política Pela Sustentabilidade. Ela possui um contexto de formação diferente dos demais GRP, já que foi fundada em 2012 por Guilherme Leal, que havia sido candidato a vice-presidente junto com Marina Silva nas eleições de 2010. A RAPS possui a missão de contribuir para o aprimoramento da democracia e do processo político brasileiro por meio da formação, apoio e desenvolvimento de lideranças políticas, estimulando a atuação em rede. Pautada pelos princípios básicos de aperfeiçoamento da democracia e do processo político, a construção de uma sociedade mais justa e sustentável e a busca por soluções inovadoras para os desafios nacionais, a organização conta com uma rede de 673 membros, dos quais 175 estão em exercício de mandato eletivo. Dos GRP analisados no trabalho, a RAPS é o que possui mais anos de atuação.

---

<sup>13</sup> <https://movimentoacredito.org/quem-somos/> Acesso em 27/04/2021

<sup>14</sup> <https://www.raps.org.br/quem-somos/> Acesso em 27/04/2021

O quarto GRP é o Livres<sup>15</sup>, uma organização suprapartidária que atua na defesa do liberalismo. Sua história começou em 2016, quando fazia parte do PSL, até que, com o anúncio da filiação de Jair Messias Bolsonaro ao partido, em 2018, seus integrantes decidiram se desvincular do mesmo e seguir um novo rumo suprapartidário. Desde então, o Livres vem atuando em três frentes: informando o público para construir bases sociais com caráter liberal, formando lideranças políticas e sociais e reformando a política através de suporte técnico que vise aumentar a liberdade das pessoas. Além disso, o Livres possui a Bancada da Liberdade, composta por 27 mandatários que atuam conjuntamente a partir dos compromissos da organização.

O quinto GRP é o Vamos Juntas<sup>16</sup>, criado no último ano de 2020 através da iniciativa de Tabata Amaral, atual Deputada Federal (Sem partido-SP). Trata-se de um instituto suprapartidário que visa ampliar a participação feminina na política através da aceleração de candidaturas de mulheres. Para isso, atua através de mentorias, formação política, apoio em rede e desenvolvimento pessoal. Em seu primeiro ano de atuação, o Vamos Juntas apoiou 51 candidatas, das quais 11 foram eleitas.

O sexto GRP é o MBL<sup>17</sup>, Movimento Brasil Livre. Fundado em 2014, se autodefine como uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. De acordo com o documento da convenção de 2015, o grupo defende seis pilares: democracia, república, liberdade de expressão e de imprensa, livre mercado, redução do Estado e redução da burocracia. O MBL realiza um trabalho de militância, preponderantemente nas mídias sociais, e também possui representantes na política institucional. Atualmente, existem 26 mandatários que são membros do grupo.

A seguir, serão apresentados os dados obtidos nas entrevistas com os representantes dos 6 GRP, a partir de 5 categorias: natureza, renovação política, estratégias, visão de país e planos futuros.

## **5.2. Categorias**

### **5.2.1. Natureza**

O fenômeno de organizações da sociedade civil preocupadas com o progresso da democracia e da política brasileira é recente, sendo as Jornadas de Junho de 2013 o grande

---

<sup>15</sup> <https://www.eusoulivres.org/sobre-o-livres/> Acesso em 29/04/2021

<sup>16</sup> <https://vamosjuntasnapolitica.com/#projeto> Acesso em 29/04/2021

<sup>17</sup> <https://mbl.org.br/> Acesso em 29/04/2021

marco atribuído como estopim do surgimento daquelas. A natureza desses grupos está vinculada com tal período de criação, já que suas composições dizem respeito ao propósito específico de cada contexto. A partir das entrevistas, identificam-se traços comuns entre as naturezas dos GRP, apesar de certas particularidades.

Dos 6 GRP entrevistados, o único anterior às Jornadas de Junho é a RAPS. Como explica a representante da RAPS (R-RA), “é uma organização pioneira, porque foi a primeira a lidar com o preparo e a formação de candidatos e candidatas de perspectiva multipartidária ainda em 2012”. Desde então, o grupo vem atuando com a sua rede de líderes a partir da sua principal bandeira, a da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Tal rede possui uma vasta diversidade de mandatários: “A RAPS é uma organização que tem 8 anos de natureza apartidária, embora atue com membros de quase todos os políticos no Brasil”.

Apesar de sua criação ter sido inspirada na *Rap (Red de Acción Política)*, da Argentina, a RAPS é considerada inovadora por atuar em pautas como a questão climática através de uma rede de políticos dentro dos parlamentos. Assim sendo, um dos pontos comuns com os demais GRP é a preocupação com a democracia no país: “A nossa missão é contribuir para a democracia no Brasil e para o processo político brasileiro, para que o Brasil seja um país mais justo e com igualdade de oportunidades para todo mundo e capacidade de respeitar os seus recursos naturais”, como disse a R-RA.

O Livres possui um aspecto particular quanto à sua composição como grupo. Em seu primórdio, o objetivo era ser uma renovação do PSL, estando presente dentro do partido. A representante do Livres (R-LI) disse como a dissociação mudou a natureza da organização: “A natureza acabou sendo mudada pelas circunstâncias (...) Chegamos à conclusão que não adianta ser um partido, então a nossa natureza seria suprapartidária”. A partir de então, a organização passou a atuar visando levar as bandeiras liberais para os agentes políticos, já que “o objetivo do Livres é ser mandatário, é ter uma bancada da liberdade, para poder influenciar nas câmaras legislativas as políticas de cunho liberal”, como afirmou a R-LI.

O Acredito e o RenovaBR possuem naturezas semelhantes, seja no atinente à composição enquanto grupo, seja no que diz respeito ao financiamento. Segundo o representante do Acredito (R-AC), “o Acredito é um movimento suprapartidário de renovação de princípios, práticas e pessoas na política” e, de acordo com o representante do RenovaBR (R-RB), “O Renova é uma associação privada sem fins lucrativos em que a missão da instituição é selecionar e formar novas lideranças políticas”. Desse modo, observa-se o ponto comum de estimular que novos cidadãos possam ocupar os cargos políticos, na tentativa de oxigenar a democracia brasileira.



Eduardo Mufarej, fundador do RenovaBR, em uma passagem de seu recente livro “Jornada Improvável: a história do RenovaBR”, afirma: “O inimigo comum, lembrávamos a eles (alunos da primeira turma), era a crise de representação que tínhamos no Brasil ou a má política, não o colega de sala ou o palestrante que trazia certo ponto de vista”. Tal objetivo também é comum aos demais GRP, como explicitou o R-AC que, independente de como é a atuação, o fim é resgatar a crença na política: “Esses movimentos vêm na tentativa de recriar as pontes de diálogo com a sociedade”.

Quanto à questão do financiamento, ambos os grupos recebem recursos unicamente a partir de doações de pessoas físicas. “O nosso poder de financiamento é baseado em doações e nós não aceitamos doações de empresas”, afirmou o R-AC. Quando perguntado se existe uma relação direta entre a ADI 4650, que proibiu o financiamento de campanhas por parte de pessoas jurídicas, e o fortalecimento dos GRP, o R-RB foi direto ao ponto de desassociá-la: “Não existe uma relação direta entre uma coisa e outra, porque o Renova e as outras organizações iriam acontecer independente disso. O Renova não vem, de maneira nenhuma, para ocupar essa lacuna de financiamento de pessoa jurídica”.

O MBL passou a ganhar visibilidade a partir de sua presença nas manifestações em 2014 e, principalmente, em 2016 nos protestos a favor do impeachment da então presidente Dilma Rousseff. O representante do MBL (R-MB) afirmou o seguinte a respeito da definição do espectro político do grupo: “O MBL é uma expressão da direita brasileira, mas uma expressão muito *sui generis*, muito própria (...). Vários tons da direita brasileira estão representados no MBL”. Mesmo com tal abertura ideológica, o objetivo da organização é bem definido pelo R-MB, sendo um “movimento de ativismo, de prática política, voltado para eleger representantes e fazer o trabalho político completo, o ciclo que vai desde a militância até a eleição de representantes do Executivo e no Legislativo”.

Já o Vamos Juntas, o GRP mais recente criado em 2020 a partir do desejo da Deputada Federal Tabata Amaral (Sem partido-SP) de contribuir para aumentar o número de mulheres na política, teve a preocupação, em seu primeiro ano de atuação, em selecionar um restrito grupo de mulheres para poder fazer um acompanhamento individualizado de cada uma delas. Como afirmou a representante do Vamos Juntas (R-VJ), “como projeto, a gente sempre teve uma veia muito forte de identificar mulheres que decidiram ser líderes antes de ocupar um cargo eletivo e capacitar essas mulheres para que elas se enxerguem nesse lugar político que nunca foi desenhado para elas”. O ótimo resultado de 11 eleitas em 51 apoiadas nas eleições de 2020 fez com que o Vamos Juntas começasse um processo de institucionalização para poder aumentar o seu impacto no próximo ciclo eleitoral.

## **5.2.2. Renovação política**

### **5.2.2.1. Pertencimento**

A onda da renovação política acabou se popularizando em uma velocidade rápida pelo país. Com o clamor e a efervescência por mudanças sociais e políticas, simbolizados pelas Jornadas de Junho de 2013, a bandeira da renovação foi abraçada, por um lado, pelas novas organizações da sociedade civil, das quais fazem parte os GRP, mas também acabou sendo utilizada por membros já conhecidos da classe política, que encontraram em tal ideia uma porta para dar uma cara diferente a seus projetos. Aqui, pode-se identificar nomes de relevância das eleições de 2018, desde o próprio presidente Jair Bolsonaro até os governadores Wilson Witzel, Romeu Zema e Ratinho Júnior. Já que a renovação política passou a ser adotada por pessoas e ideologias que não representam uma nova política, fez-se necessário confirmar com os grupos entrevistados se ainda havia uma crença em tal pertencimento.

Quando perguntado aos representantes se consideram o grupo como pertencente à renovação política, a grande maioria respondeu que sim, evidenciando os motivos. O Acredito reforçou a noção de renovar práticas e princípios, como disse o R-AC: “Considero sim um movimento de renovação. Isso porque, por um lado, incentivando pessoas a participarem de cargos políticos (...). Por outro, a renovação de práticas e princípios estão em nossos compromissos, que todo líder que quer nosso apoio precisa assinar o compromisso de campanha e nossa agenda de prioridades”. O Vamos Juntas, por sua vez, enfatizou a importância da diversidade. “Acredito que sim, porque se levarmos ao pé da letra, a renovação é justamente trazer mulheres diversas (...) para dentro da nossa política, porque o que chega de novo é renovação independente do espectro político”, explicou a R-VJ.

O R-MB afirmou, de modo possante, que o MBL é o principal grupo de renovação política do país. Ao aprofundar tal afirmação, ele ressaltou que os demais grupos também são de renovação, mas o diferencial está na gestão: “Todos os movimentos fazem parte da renovação política, mas aquele que tem uma personalidade mais forte, mais vigorosa, mais pujante no debate público é o MBL. Isso se deve à excelente coordenação nacional do movimento”. O RenovaBR resalta a renovação através da formação de novos líderes políticos, como reforçou o R-RB: “O Renova, para a sociedade, é uma escola de formação de novas lideranças políticas. Novas lideranças porque justamente nós temos a visão de renovar a

política. Então sim, nós somos uma escola que ajuda a renovar a política através da formação de novos quadros”. Na mesma linha, a R-LI traduziu a renovação literalmente através da presença da juventude no Livres: “É um movimento de renovação, basta você ver os nossos candidatos que são muito jovens”.

Dos 6 GRP, o único que não se associou à renovação política diretamente foi a RAPS. Em sua justificativa, a R-RA enfatizou que a organização não enxerga que o atual problema político do país esteja na renovação dos quadros, como foi dito: “Nós não somos um movimento de renovação porque a gente não acha que o problema da política tem a ver exatamente com novas pessoas na política”. Nesse sentido, sua explicação aprofundou o que significa essa renovação: “A nossa ideia não é de renovar; nossa ideia é de que estamos muito atrasados em relação às metas dos ODS e que a nossa democracia é falha e incompleta. Pra gente, isso está no cerne do nosso trabalho”.

Com isso, nota-se que a própria definição desses grupos como sendo de renovação política carece de exatidão, já que a RAPS busca não ser vinculada rigorosamente a esse termo. Porém, os aspectos identificados nos demais GRP sobre a renovação também estão presentes na RAPS, como a diversidade de pessoas e de ideias que provoquem uma oxigenação da política. Sob essa ótica, a R-RA fez a ressalva: “Não enquadraria a RAPS como um movimento de renovação, mas nós incidimos sobre esse assunto sim”. Destarte, apesar de não haver consenso a respeito do pertencimento, percebe-se que existe uma linha comum entre tais grupos no que tange às características que fazem parte da renovação política.

### **5.2.2.2. Jornadas de Junho**

Como já mencionado, o marco histórico das manifestações populares de 2013, que foram nominadas de Jornadas de Junho, teve uma relevância ímpar para trazer luz à renovação. Por conta disso, é evidente que, excluindo a RAPS e o Vamos Juntas, que foram criados em 2012 e 2020, respectivamente, os demais 4 GRP possuem uma relação direta com tal contexto. A importância do que significou essas manifestações para as novas organizações esteve presente nas falas dos quatro grupos.

O R-MB deu destaque para a presença das redes sociais na origem dos diversos grupos após junho de 2013: “A partir de junho de 2013, começou-se a falar muito de renovação política, de nova política, de redes sociais e começamos a ver um tipo de organização que não víamos antes e que acontecia no mundo inteiro”. Assim como o MBL, o RenovaBR, através de seu representante, também teve sua inspiração gerada a partir das consequências do que

foram as Jornadas de Junho. “O surgimento dessas instituições está muito relacionado com o contexto do momento”, afirmou o R-RB.

O impacto das manifestações para a criação dos GRP não aconteceu imediatamente, como foi explicado pelos representantes do Acredito e do Livres. “Além de 2013, teve a eleição de 2014, porque foi uma eleição de muito baixo nível”, disse a R-LI. Nessa mesma linha, o R-AC trouxe como junho de 2013 formou um sentimento generalizado de que era necessária uma renovação na política: “Em 2013 teve um sentimento de que precisamos fazer alguma coisa. Em seguida, foi um momento de frustração ao ver que toda aquela movimentação não teve um impacto real e em seguida a decisão de nos organizar politicamente para fazer com que algo aconteça”. Percebe-se, portanto, o valor simbólico que esse momento histórico representou para despertar a origem de novas organizações da sociedade civil destinadas a atuar diretamente em uma mudança na política brasileira.

### **5.2.3. Estratégias**

Como visto, os GRP possuem naturezas divergentes, mas todas vão ao encontro de características da renovação política. Mesmo que não haja consenso quanto ao pertencimento à tal, as respostas dos representantes evidenciam aspectos comuns no que tange ao porquê da renovação e também à importância do contexto das Jornadas de Junho de 2013. Desse modo, o que torna singular a atuação de cada grupo são as estratégias adotadas. É sobre essas que esta categoria busca debruçar.

O RenovaBR opera como uma escola de democracia que visa selecionar e formar novas lideranças políticas. A partir de uma demanda crescente do curso, a organização precisou adaptar a modalidade de ensino, como disse o R-RB: “Para escalar, tivemos que ir mais para o online, precisamos tirar um pouco o pé do acompanhamento que fizemos nas primeiras turmas. Precisamos virar algumas chaves para conseguir abraçar mais pessoas sem perder a nossa qualidade”. Não apenas para atender mais pessoas, mas a pandemia da Covid-19 provocou a necessidade de tornar virtual as ações, como foi no caso do Livres. Segundo a R-LI, “a pandemia estragou muito os nossos planos. Tivemos que nos dedicar a comunicação”. Se no pré-pandemia os GRP já ocupavam uma forte presença nas redes sociais, a chegada da Covid-19 apenas reforçou a relevância de estar com constância nos meios digitais.

O Vamos Juntas e o Acredito demonstraram uma maior flexibilidade no que diz respeito à construção das estratégias. Como afirmou a R-VJ, “(nossa estratégia é) ser um organismo vivo de captar demandas e canalizar demandas”. Nessa mesma linha, o R-AC ressaltou que o

foco do seu grupo está no programa de lideranças e em se manter presente no debate público brasileiro, mas o como acaba sendo bem variado. “A gente tem uma pegada de tentativa e erro nas estratégias, já que por ser um movimento novo, nós estamos vendo o que funciona e o que não funciona”, disse. Com isso, pode-se identificar uma versatilidade de atuações por parte dos GRP, que visam atender às demandas do momento.

A RAPS, por sua vez, dedica-se à construção de redes de eleitos para que haja um fortalecimento dos mandatários ao existir um espaço de troca, unido pela pauta da sustentabilidade. A R-RA aprofundou as estratégias: “São duas: preparando candidatos e candidatas para as eleições, ajudando a que essa futura geração que está buscando entrar na política institucional entenda o que é desenvolvimento sustentável e possam construir campanhas e mandatos olhando para isso. Por outro lado, apoiando lideranças políticas já eleitas, que estão espalhadas pelo Brasil (...). O nosso compromisso é que eles tenham sempre um espaço de troca, reflexão e conhecimento com evidência e que possam atuar conjuntamente”. Outrossim, a vasta rede de eleitos da instituição é fruto de anos de atuação, o que coloca a RAPS em um patamar de mais experiência quando comparado com os demais GRP.

Já o MBL, como definiu seu representante, “é um movimento muito pragmático, pensando na aderência das teses à realidade concreta”. Nesse sentido, suas estratégias acabam sendo centradas na acentuada participação nas redes sociais e na presença de membros que atuam diretamente em mandatos eletivos. Quanto à primeira, a organização conta com profissionais especializados na produção de memes, os chamados *memeiros*: “A gente tem um time de memeiros muito bom, um pessoal muito bom mesmo”, explicou o R-MB. A respeito da presença mandatária, o representante declarou que isso torna o movimento muito parecido a um partido. “Há um trabalho sinérgico entre as pessoas que trabalham em gabinetes de políticos e o movimento, que gera uma unidade que converge para os objetivos do MBL. Isso é uma diferença importantíssima que acaba fazendo com que o movimento atue como se fosse um partido. Nós não somos um partido e não temos um partido, mas a sinergia é tão grande que atuamos como se fosse um partido. Eu diria até com mais unidade do que um partido”, afirmou.

A partir das estratégias acima destacadas, pode-se notar uma diversidade de atuações entre os GRP. Seja pelas necessidades do momento, pela adaptabilidade de demandas ou mesmo pela maior experiência, os grupos acabam assumindo suas próprias pautas, em um trabalho de constante busca de se fazer presente para seus públicos e também para a sociedade como um todo. Por conseguinte, a soma dessas estratégias, que também podem ser

compartilhadas entre organizações, é a que permite a renovação continuar se multiplicando e atingindo novas pessoas e cidades.

#### **5.2.4. Visão de país**

##### **5.2.4.1. Sistema partidário**

Os GRP estão inseridos dentro de uma conjuntura política que possui fortes aspectos de uma crise de representatividade. Um deles está vinculado ao sistema partidário, que no Brasil possui a maior quantidade de partidos registrados no mundo, e está frequentemente na pauta da reforma política e de críticas por conta de fisiologismos. Por conseguinte, não é raro observar que tais grupos costumam ser associados como substitutos dos partidos, ou mesmo como opositores às instituições partidárias. Contudo, os dados obtidos revelam que os GRP reconhecem a importância e buscam cooperar com os partidos, ainda que haja uma concordância quanto às barreiras do sistema partidário brasileiro.

O R-AC analisou a relação entre os GRP e os partidos políticos, destacando o papel do Acredito nessa relação: “Faz parte da nossa agenda olhar para os partidos. O que resultou na criação do Acredito e nos outros movimentos foi uma série de deficiências dos partidos de representar as pessoas, mas isso não quer dizer que a gente não precise dos partidos”. Nessa mesma linha, o representante enfatizou que deve ser papel dos membros do grupo promover uma renovação dentro dos partidos. “É papel das lideranças do Acredito que elas promovam a renovação dentro dos partidos delas”, disse.

O RenovaBR, por sua vez, ressaltou o papel dos partidos para a democracia e como tal papel é relevante para a cooperação com os GRP: “Os partidos são hoje os grandes operadores da democracia no Brasil. É justamente por isso que eu acho que existe toda a condição dos partidos coexistirem com os grupos de renovação política”. O R-RB ainda explicou que seu grupo busca manter o diálogo com todos os partidos. Em suas palavras, “Nós temos que agir de uma maneira colaborativa, afinal de contas, toda pessoa que o Renova forma precisa entrar em um partido político”.

Quando perguntado sobre as barreiras do sistema partidário para a eleição de novos atores, as representantes do Livres e da RAPS identificaram a dificuldade da inclusão de jovens e a falta de transparência nessa estrutura. A R-LI explicou que “a estrutura partidária é muito envelhecida, então por mais que tenhamos movimentos de renovação, é difícil a inserção dos jovens nessa estrutura”. Já a R-RA destacou que “a porta de entrada para os partidos nem

sempre é simples e a vida dentro dos partidos não é necessariamente nem fácil nem pautada em transparência”. Todavia, ela reforçou que não é papel da RAPS dizer como seu membro deve votar a respeito de determinado assunto, algo que cabe exclusivamente aos partidos. Junto a isso, afirmou que “não acredito que os partidos estão fadados a desaparecer”, contrariando o estigma dos GRP como substitutos dos partidos.

#### **5.2.4.2. Sistema político**

O contexto político brasileiro no qual os GRP estão atuando é composto por uma soma de questões sistêmicas que impedem o avanço da democracia e da representatividade, e é deteriorado com o quadro vigente do governo federal. Dito isso, através de suas estratégias, os grupos têm buscado difundir suas visões de país com o intuito de contribuir para a melhoria desse cenário, sendo coerentes com seus princípios e com as limitações que possuem.

O Vamos Juntas, como organização que trabalha com o empoderamento de lideranças femininas, entende que a luta por mais mulheres na política passa, de maneira complementar à grupos de atuação semelhantes, pela presença de ações afirmativas. Como disse a R-VJ, “tem algumas coisas que, infelizmente, precisamos resolver com *top-down*, porque o problema está na base”. Como exemplo, a representante afirmou: “Temos que criar cotas de cadeiras na Câmara (dos Deputados) e no Senado”. A R-RA aprofundou tal problemática ao enunciar as barreiras estruturais que estão presentes no sistema político: “Eu colocaria essas como as questões estruturais: desigualdade, a questão cultural como no caso das mulheres e das populações negra, indígena e quilombola e também a questão partidária e a distribuição de recursos dentro dos partidos”.

Para a R-RA, a crise de representação brasileira está incluída numa crise maior global. “Eu acho que existe sim uma crise de representatividade, ela é parte da crise das democracias e de fundo dessa crise tem elementos da população e dos representantes”, afirmou. Para explicar o porquê dessa crise, ela salientou que a democracia no Brasil não tem cumprido seu papel material de garantir dignidade à sua população. Seu argumento foi o seguinte: “É preciso separar o que é elemento procedimental das democracias, que são as eleições, e nisso nós avançamos muito; tem os elementos valorativos, que são os direitos civis e políticos, que também avançou, mas tem um elemento, que é o elemento material das democracias, que garante que as pessoas tenham vidas dignas, que a gente viva uma vida sem medos e necessidades (...) Essas coisas não estão resolvidas”.

Os representantes do MBL e do Acredito mencionaram suas visões a partir da conjuntura do governo de Jair Bolsonaro. Segundo o R-MB, “O MBL é visto pelo seu público como uma alternativa de direita coerente e consistente diante das incoerências do bolsonarismo. Por outro lado, nós não abandonamos o discurso de enfrentamento da esquerda”. Sobre tal enfrentamento entre direita e esquerda, ele disse que a polarização ainda é algo presente: “Há uma polarização no Brasil sim, entre esquerda e direita, que está cada vez mais clara e que puxa as pessoas para os lados diversos”. O R-AC, por sua vez, destacou qual é a atual tarefa do seu movimento. “A nossa prioridade é barrar o avanço do autoritarismo, da anticiência, desse pessoal que chegou no governo federal”, afirmou.

#### **5.2.4.3. Liberalismo**

Dentre os 6 GRP, o Livres e o MBL fazem parte do espectro ideológico do liberalismo. Seus representantes destacaram, dessa forma, quais são as diferenças entre os grupos, dado que o movimento liberal no Brasil ainda é pouco desenvolvido quando comparado com os países europeus e norte-americanos. Enquanto o Livres defendeu ser um movimento que reúne pessoas em torno de ideias, o MBL se colocou numa posição mais abrangente do liberalismo.

A R-LI ressaltou o histórico de surgimento da organização, quando, após a filiação de Jair Bolsonaro ao PSL para concorrer à presidência em 2018, suas lideranças anunciaram a dissociação com o partido. “Temos o reconhecimento de ser o primeiro movimento liberal a ir contra o Bolsonaro”, disse. Com isso, ela destacou que o objetivo do Livres é “não deixar que as caixinhas e os estereótipos sobre o liberalismo sejam consolidados”. Já o R-MB, ao identificar onde situa o seu grupo ideologicamente, explicou que o MBL é um “movimento de direita com ampla flexibilidade ideológica que se situa programaticamente no espectro do liberalismo conservador ou do liberalismo”.

Ao distinguir sua instituição do MBL, a R-LI revelou que “o MBL tem uma agenda negativa, já o Livres trabalha com uma agenda propositiva, positiva” e que “o Livres tem uma maior tolerância e diversidade”. Do outro lado, a diferenciação se deu a partir da agenda política de cada grupo. “O Livres assume uma agenda liberal progressista, liberal na economia e progressista nos costumes, que é muito clara. Já o MBL não, por ter essa ampla flexibilidade ideológica, não fecha a questão sobre certos assuntos, como o aborto o casamento gay. Eu vejo o Livres opinando sobre essas pautas progressistas enquanto o MBL se abstém para manter essa ampla flexibilidade ideológica”, apontou o R-MB.



Ainda que situados no campo liberal, as respostas dos representantes do Livres e do MBL evidenciaram que existe uma importante diferença no que diz respeito às pautas e corrente do liberalismo defendidas por cada grupo. Além disso, as visões de país dos demais GRP ressaltaram a busca de uma alternativa para o governo Bolsonaro e as barreiras estruturais existentes no sistema político brasileiro. Não obstante, todos os grupos reconheceram a importância da atuação dos partidos para a máquina política, sendo suas ações complementares às dos partidos, por mais que o sistema partidário possua impedimentos significativos para o avanço da democracia no Brasil.

### **5.2.5. Planos futuros**

Apesar de que os GRP sejam recentes, já que foram estabelecidos dentro dos últimos 10 anos, suas ações têm ganhado cada vez mais repercussão e atraído a atenção da população. Nesse sentido, buscando se manter fiel aos respectivos princípios, cada grupo tem planejado novas estratégias visando atingir seus objetivos. Ademais, notou-se que apenas um grupo possui intenções de se vincular a uma organização partidária, ainda que seja apenas um interesse no presente momento. Enquanto alguns GRP enfatizaram o aumento de mandatários membros, outros destacaram as intenções de longo prazo dos planos futuros.

O RenovaBR, o Acredito e o Livres se mostraram preocupados em expandir suas redes de eleitos, sobretudo no Congresso Nacional. O R-RB afirmou que “nós temos a missão institucional de ver pessoas formadas no Renova alcançar cargos do Congresso, porque o Congresso Nacional é o espaço das principais decisões do país”. Para isso, explicou que o novo curso da escola, que visa preparar para as eleições de 2022, terá 360 horas totais de aula. “Praticamente uma pós-graduação em política”, disse. O R-AC também trouxe a importância de mais mandatários que atuem no Legislativo: “No final do dia, nosso objetivo é ter representantes do movimento ocupando o Congresso e as Câmaras Municipais”. Seguindo a mesma linha, a R-LI reforçou que o Livres “tem que continuar formando líderes e aumentando o número de mandatários nas casas legislativas”. A representante ainda trouxe sua opinião de que não enxerga a organização se tornando um partido. “Eu não vejo a gente entrando em uma estrutura partidária”, pontuou.

Sendo o grupo criado mais recentemente, o Vamos Juntas está se tornando um instituto, visando aumentar o seu alcance. Segundo a R-VJ, “a decisão do instituto foi para poder mobilizar recursos e também crescer”. Além disso, a representante contou que, apesar do foco da organização estar na preparação de mulheres para a política, o seu desejo vai além dela: “Com mulheres no poder, meninas voltam a sonhar. O nosso maior sonho é que meninas de todas as classes possam sonhar com qualquer cargo que queiram ocupar, seja na política ou não. Que as meninas

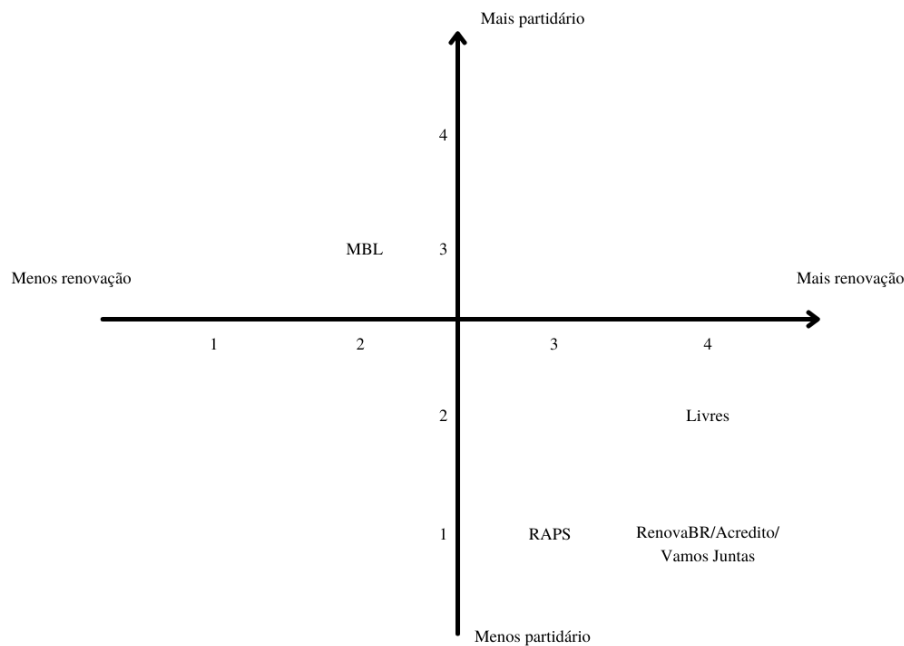
sonhem tão alto quanto os meninos”. A respeito de sonhos, a R-RA também mencionou qual seria o dela: “O meu sonho para a RAPS é que ela seja a organização que foi capaz de ‘empurrar’ a agenda da sustentabilidade para a política brasileira, em especial a questão climática”.

O MBL, por sua vez, possui a ambição de se aproximar ou até se tornar um partido político, por conta da abrangência que essa estrutura poderia oferecer para os objetivos do grupo. Quando perguntado sobre a chance de se tornar ou integrar em um partido, o R-MB afirmou: “Nós queremos ter um instrumento partidário para o MBL. Ou um instrumento que seja nosso, um partido nacional feito pelo MBL, ou um partido que a gente consegue alguns diretórios estaduais e municipais com muita segurança”. Por mais que haja esse interesse, o representante explicou que existem contrapesos para essa decisão, o que torna tal ambição apenas uma possibilidade. Em suas palavras, “essa possibilidade existe. Eu não diria que o movimento irá se integrar ou tornar um partido político porque aí a gente perderia um dos principais ativos do MBL que é o ativismo espontâneo de grupo”.

Desse modo, foi possível observar que todos os GRP têm buscado expandir suas atuações, visando atingir novos patamares. Por parte dos grupos, tal expansão se dará através de novos mandatários que representem seus ideais, enquanto outros estão preocupados com aumentar o alcance das suas pautas prioritárias, como é a sustentabilidade para a RAPS e o empoderamento feminino para o Vamos Juntas. Por último, o R-MB demonstrou o interesse da sua organização de se aproximar de uma estrutura partidária no futuro, uma decisão que ainda está sendo analisada pelas lideranças, tendo em vista que pode representar uma mudança significativa da orientação que o MBL possui desde sua criação.

### **5.3. Diagrama**

Com o intuito de produzir uma síntese dos resultados obtidos nas entrevistas, o seguinte diagrama busca classificar os 6 GRP a partir de dois eixos: organizacional, segundo a proximidade, seja histórica ou de desejo, do grupo de um partido político; e estratégica, de acordo com a afinidade da organização para com o perfil de renovação. Tal perfil, por sua vez, é entendido a partir de quatro características: novas práticas, novas lideranças, diversidade e juventude. Ambos os eixos adotam a escala de 1 (mínima pontuação) a 4 (máxima pontuação).



Elaboração própria

O RenovaBR, o Acredito e o Vamos Juntas se encontram na mesma posição, com “4” no eixo estratégico e “1” no eixo organizacional. Os três grupos apresentaram os quatro aspectos pertencentes à classificação “mais renovação”, com estratégias direcionadas para fomentar novas lideranças através de práticas renovadas, valorização da diversidade e forte presença de jovens. Ao mesmo tempo, se mostraram distantes de uma estrutura partidária, ainda que reforçando a importância dos partidos para suas atuações.

O Livres também foi identificado com a classificação máxima do eixo estratégico, por apresentar todas as características da renovação. Porém, obteve “2” no atributo organizacional por conta de sua origem, já que, originalmente, fazia parte do PSL, mesmo que atualmente não possua nenhum vínculo com tal. Já a RAPS está em outra posição: “1” no eixo organizacional e “3” no eixo estratégico. Isto, pois, como foi dito pela R-RA, o grupo não atua no desenvolvimento de novas lideranças exclusivamente (ver 5.2.2.1).

Por outro lado, o MBL foi o único classificado em outro quadrante do diagrama. A organização apresenta índice “2” no perfil estratégico e “3” no perfil organizacional. A primeira atribuição se dá pela ausência de menção à importância da diversidade e tampouco à necessidade de novas práticas por parte do representante do movimento. Já a respeito da maior proximidade partidária quando comparado aos demais grupos, isto ocorre pela possibilidade de

uma associação da organização a um partido, reiterada, mais de uma vez, pelo R-MB (ver 5.2.5).

Dessa forma, o diagrama explicita que todos os grupos abordados podem ser classificados como “grupo de renovação política”, uma vez que nenhum deles apresenta “1” em pelo menos um dos eixos, o que demonstraria um descompasso caso não houvesse a presença de características de renovação ou se verificasse claros indícios de uma estrutura partidária. Dito isso, é possível afirmar que não necessariamente exista uma posição ideal; outrossim, pode-se atestar perfis distintos, seja por atributos estratégicos ou organizacionais, entre os grupos, fazendo com que suas atuações sejam complementares e, unidos, fortaleçam a missão de transformar e reverter o cenário da crise de representação brasileira.

## **6. Conclusão**

A presente pesquisa investigou as características da crise de representatividade brasileira e a atuação dos chamados “grupos de renovação política” frente a ela. Para isso, realizou-se uma extensa revisão bibliográfica para contextualizar a conjuntura política— na qual surgem as novas organizações da sociedade civil—, dos aspectos mais estruturantes do sistema político-partidário aos elementos históricos que culminaram na atual crise de representação. Esta, por sua vez, simbolizada pelas manifestações populares das Jornadas de Junho de 2013. Assim, a partir da literatura e das entrevistas realizadas, conclui-se que os GRP estão ocupando um papel relevante, a partir de diferentes estratégias, para reverter a falta de representação e a desconfiança na política da população brasileira.

Com base na revisão da literatura, evidenciou-se que o cenário de descrença das instituições, revelado nas Jornadas de Junho, foi fortalecido desde o início da Nova República. Se, por um lado, a Constituição Federal de 1988 garantiu artifícios significativos para a maior participação popular, por outro, as dificuldades de gerência de coalizão e as deficiências do sistema partidário corroboraram para o quadro de alta desconfiança das instituições políticas. Assim sendo, enquanto o voto segue sendo o principal instrumento de garantia de representatividade, as regras do jogo também afetam a representação democrática.

As manifestações de 2013 constataram o incômodo dos cidadãos com o cenário político, em especial com os partidos. A partir de então, inúmeras respostas começam a surgir para reverter tal cenário. No que tange à sociedade civil, os GRP se mostram como uma resposta à insatisfação popular frente ao cenário da política nacional da última década, se tornando organizações prestigiadas dentro de cada campo de atuação. A pesquisa selecionou seis dentre os diversos grupos existentes com o intuito de verificar, através de entrevistas, a

identificação com a renovação, o arranjo organizacional e as estratégias adotadas, com o pano de fundo da crise de representação.

Dentre as atuações dos GRP, nota-se uma ampla variedade, desde formação de novos líderes políticos, presença no debate público, atuação em rede, defesa do liberalismo, empoderamento feminino até influência nas redes sociais. Com isso, destaca-se a variedade de ações visando alcançar os públicos específicos e, conseqüentemente, impactar no cenário político como um todo. Em termos estratégicos, todos os grupos contemplam o perfil de renovação (ver 5.3), ainda que alguns não possuam todas as características de novos líderes, novas práticas, diversidade e juventude. Já a respeito da estrutura organizacional, todos compreendem o papel complementar aos partidos políticos, com uma sutil exceção do MBL que demonstrou a possibilidade do grupo se aproximar de uma estrutura partidária.

Os resultados obtidos nas entrevistas confirmam a tese de que os GRP estão atuando para solucionar o cenário da crise de representação, a partir das diferentes estratégias que visam oxigenar a democracia brasileira. Contudo, uma ressalva a ser feita é que tais recentes organizações da sociedade civil vêm impactando uma parte daquilo que pode ser compreendido como “renovação política”. Esta, por sua vez, pode ser composta a partir de três aspectos.

O primeiro é o aspecto estrutural, expresso pela necessidade de promover mudanças nas regras das instituições democráticas brasileiras, sobretudo no sistema partidário. O segundo é o social, o qual coloca a responsabilidade na população em geral para com a urgência de dar valor à política e promover uma maior participação popular. Já o terceiro é o conjuntural, que diz respeito à configuração atual da classe política e a necessidade de renovar os quadros ali presentes, aspecto este que tem sido influenciado diretamente pelas atuações dos GRP. Isto posto, nota-se que a presença dessas organizações não é suficiente para promover uma transformação por completo da crise de representatividade; sem que a própria população retome a confiança nas instituições e as regras do jogo permitam uma representação mais democrática, a renovação política permanecerá como um fenômeno incompleto.

No tocante às limitações encontradas na pesquisa, a concomitância com a pandemia da Covid-19 pode ser mencionada, uma vez que impossibilitou a experiência de campo na execução da parte empírica das entrevistas. Além disso, o novo coronavírus impactou diretamente o trabalho dos GRP, mas também reforçou a solidez desses, sobretudo pela atuação nas eleições municipais de 2020. Como possibilidades de extensões do trabalho, recomenda-se investigar mais profundamente a relação e as fronteiras dos GRP com os partidos, incluindo as opiniões das lideranças partidárias. Junto a isso, será de extrema relevância analisar como

os grupos vêm se preparando para as eleições federais e estaduais de 2022. Estas podem ser um importante divisor de águas para examinar a resiliência e a longevidade dos GRP.

## 7. Referências

ALVES, L. M. R; MENCHER, Yasmin. Crise de representatividade brasileira: influência da hegemonia de grupos e democracia representativa. **Revive**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, p. 296-312, jul./2018.

BOLOGNESI, Bruno; BABIRESKI, Flávia Roberta; MACIEL, A. P. B. Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 42, p. 86-116, ago./2019.

DE MORAIS OLIVEIRA, L. .; GONDO MACEDO, R. . Movimentos de renovação política no Brasil : O engajamento da sociedade civil na era digital. **Agenda Política**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 107–123, 2020. DOI: 10.31990/agenda.2020.2.6. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/358>. Acesso em: 22 jul. 2021.

ESTADÃO. “**Grupos não estão renovando partidos**” Jairo Nicolau. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,jairo-nicolau-grupos-nao-estao-renovando-os-partidos,70003056437>. Acesso em: 21 mar. 2020.

ESTADÃO. **Grupos de renovação avançam nos municípios, mas encaram resistência nas eleições 2020**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,grupos-de-renovacao-avancam-nos-municipios-mas-encaram-resistencia-nas-eleicoes-2020,70003519182>. Acesso em: 20 jan. 2021.

ESTADÃO. **Partidos Políticos X Movimentos de Renovação: Novas dinâmicas no Parlamento Brasileiro?**. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/legislativo/partidos-politicos-x-movimentos-de-renovacao-novas-dinamicas-no-parlamento-brasileiro/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

FILHO, Antonia Euzébios; GUZZO, R. S. L. A conjuntura após junho de 2013: olhares cruzados sobre participação política e resistência. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 159-168, jan./2018.

G1 . **38% reprovam desempenho do Congresso; 14% aprovam, aponta Datafolha**. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/07/12/38percent-reprovam-desempenho-do-congresso-14percent-aprovam-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em: 7 jul. 2021.

GUARNIERI, Fernando. Estabilidade na mudança: famílias de partidos e a hipótese do congelamento do sistema partidário no Brasil (1982-2018). **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 42, p. 224-249, dez./2019.

INFOMONEY. **Em meio à ressaca da “nova política”, RenovaBR aposta na formação de líderes à distância.** Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/em-meio-a-ressaca-da-nova-politica-renovabr-aposta-na-formacao-de-lideres-a-distancia/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

INSTITUTO UPDATE. **Democracia de quem?**. Disponível em: <https://www.institutoupdate.org.br/democracia-de-quem/>. Acesso em: 9 abr. 2020.

ISTO É. **Partidos agem para limitar movimentos de renovação.** Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/partidos-agem-para-limitar-movimentos-de-renovacao/>. Acesso em: 21 mar. 2020.

LIMONGI, Fernando. A democracia no Brasil: presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório. **Novos estudos**, São Paulo, v. 1, n. 76, p. 17-41, nov./2006.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan. Eleições e Representação: .. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 67, p. 105-138, jul./2006.

MEDIUM. **A gênese de 2013: formação do campo patriota.** Disponível em: <https://medium.com/funda%C3%A7%C3%A3o-fhc/a-g%C3%AAnese-de-2013-forma%C3%A7%C3%A3o-do-campo-patriota-4f42f9a14d5e>. Acesso em: 14 mai. 2020.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Brasil, v. 33, n. 98, p. 1-24, abr./2018.

MEZZAROBA, Orides. A reforma política e a crise de representatividade do sistema partidário brasileiro: .. **Sequencia**, Florianópolis, v. 27, n. 53, p. 95-112, jan./2006.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, a. Michael. **Qualitative Data Analysis**. Thousand Oaks: Sage. 1994.

MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na Sociedade Brasileira: .. **Interesse Nacional**, Brasil, v. 1, n. 28, p. 20-37, mar./2015. Disponível em: <http://interessenacional.com.br/2015/01/08/sobre-o-enraizamento-dos-partidos-politicos-na-sociedade-brasileira/>. Acesso em: 10 set. 2020.

MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel. **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia: O CASO DO BRASIL**. 1. ed. Brasil: EDUSP, 2013. p. 1-13.

NEXO. **Quais os limites dos grupos de formação e renovação política.** Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/07/17/Quais-os-limites-dos-grupos-de-forma%C3%A7%C3%A3o-e-renova%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtica>. Acesso em: 12 mai. 2020.

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?:** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partido:** Organização e Poder nos Partidos Políticos. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; BERTHOLINI, Frederico. Pagando o preço de governar: custos de gerência de coalizão no presidencialismo brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p. 528-550, ago./2017.

PERUZZO, C. M. K. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **MATRIZES**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 73-93, out./2013. Disponível em: <http://www.periodicos.usp.br/matrizes/article/view/69407/71976>. Acesso em: 18 mar. 2020.

PIKTIN, Hanna. Representação: Palavras, Instituições e Ideias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 67, p. 15-47, jul./2006.

REVISTA PIAUI. **Escola sem Partido.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

REVISTA PIAUÍ. **É possível renovar a política?.** Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/e-possivel-renovar-politica/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

SANTOS, M. B. P. D. Movimentos de renovação política e a participação cívica no Brasil : .. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 3, n. 24, p. 34-47, out./2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/view/51522>. Acesso em: 2 abr. 2021.

SILVA, G. N. D. L; MAGNANI, Randal. Crise de representatividade no Brasil: politização ou despolitização. Uma leitura pós jornadas de junho de 2013. **Revista de Teoria da Democracia e Direitos Políticos**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 20-40, jun./2019.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. “Guerras culturais” e “populismo anti-petista” nas ruas de 2017: .. **Friedrich Ebert Stiftung**, Brasil, v. 1, n. 10, p. 1-8, jul./2017.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. 2016: o ano da polarização?. **Friedrich Ebert Stiftung**, Brasil, v. 1, n. 22, p. 1-18, mar./2017.



STF. **ADI 4650.** Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4136819>. Acesso em: 12 mar. 2020.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática?: .. **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 67, p. 191-228, jul./2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200007&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000200007&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 10 set. 2020.

## **8. Apêndices**

### **Roteiro de Entrevista**

- I. Nome completo
- II. Idade
- III. Ocupação

#### **Bloco Comum**

- IV. Qual é a sua atuação dentro do [GRP] e como você chegou nele?
- V. Como você descreveria a natureza e o propósito do [GRP] como grupo?
- VI. Você considera o [GRP] como um grupo de renovação política? Se sim ou se não, por quê?
- VII. A respeito do [GRP], quais têm sido as estratégias adotadas para alcançar os objetivos propostos pelo grupo?
- VIII. Quais são os planos do [GRP] para o futuro? Existe a possibilidade do [GRP] vir a se tornar ou a se integrar a um partido político?

#### **Bloco Específico**

##### **RenovaBR**

- Um dos grandes desafios de qualquer candidato é o financiamento de sua campanha. Em 2015, a ADI 4650 foi acatada pelo STF, proibindo o financiamento de campanhas por parte de pessoas jurídicas. Você avalia uma relação entre essa mudança eleitoral e o fortalecimento dos GRP?
- Como você enxerga o papel dos partidos no Brasil? Quais são as fronteiras entre os partidos políticos e os GRP?

##### **Acredito**

- Temos visto alguns casos de políticos membros de GRP que não concordam integralmente com as pautas dos seus respectivos partidos. Na sua opinião, é função desses novos representantes, que estão renovando a política, também de renovar os partidos?
- Como o Acredito se sustenta financeiramente?

## **RAPS**

- Quais são as barreiras estruturais do atual sistema partidário para a eleição de representantes de grupos como a Raps?
- Você acredita que estamos vivendo uma crise de representatividade em nosso país? Se sim, quais são suas principais causas?

## **Livres**

- Quais foram os impactos das chamadas Jornadas de Junho de 2013 para que novas organizações da sociedade civil passassem a estar mais presentes na esfera política?
- Tanto o Livres quanto o MBL se apresentam como defensores do liberalismo social e econômico. Ao seu ver, quais são as diferenças ideológicas entre os dois grupos?

## **Vamos Juntas**

- O Vamos Juntas acredita em medidas de ação afirmativa na política como forma de promover mudanças sistêmicas no nosso país?
- Como um GRP que foi criado em 2020, qual foi o vácuo de atuação que motivou a criação do Vamos Juntas? Como é a relação com as outras organizações que atuam na pauta do empoderamento das mulheres na política?

## **MBL**

- Qual é a sua opinião a respeito da polarização entre a direita e a esquerda no Brasil? Ainda é algo presente nos dias atuais?
- Tanto o MBL quanto o Livres se apresentam como defensores do liberalismo social e econômico. Ao seu ver, quais são as diferenças ideológicas entre os dois grupos?